

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, a Cesan demonstrou, na prática e em resultados, a solidez e a eficácia de sua gestão voltada a avançar com consistência na universalização do saneamento básico, mantendo e aprimorando a qualidade dos serviços que presta a mais de 2,4 milhões de capixabas. Ainda diante do cenário desafiador gerado pela continuidade da crise sanitária representada pela pandemia da Covid-19, a Companhia soube atuar com agilidade, aproveitando a experiência das ações desenvolvidas no ano anterior. Tendo como prioridades a segurança e a saúde das pessoas, a Cesan adaptou rotinas e processos, enquanto mantinha a prestação de serviços fundamentais para a qualidade de vida e dava andamento ao planejamento estratégico voltado a consolidar o fortalecimento e o crescimento contínuo da Companhia.

Um dos principais resultados do ano foi o avanço no volume de investimentos, fruto de um planejamento orientado a cumprir a visão de universalizar os serviços de saneamento básico em todo o território capixaba até 2030. Em 2021, a Cesan alcançou um novo recorde de desembolso de investimentos, atingindo R\$ 386 milhões, valor 45,7% superior ao realizado no ano anterior. Esse recorde consolida um novo patamar de investimentos direcionados a obras de expansão e melhoria dos serviços e marca também um salto na relação entre investimentos e receita operacional. A Companhia investiu o correspondente a 27,2% de sua receita operacional em 2020. Já em 2021, esse percentual saltou para 37,2% direcionados a projetos de expansão e melhoria dos serviços. Cabe destacar que o valor da receita operacional manteve sua trajetória ascendente, crescendo 6,6% em 2021.

Esse resultado está diretamente relacionado ao trabalho desenvolvido, desde 2019, para executar projetos inovadores e pioneiros que já estavam planejados e são fundamentais para a qualidade e abrangência dos serviços prestados pela Cesan à população do Espírito Santo. Dentre esses, destacam-se as obras relacionadas ao Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, com financiamento do Banco Mundial. Em 2021, a Companhia deu início, por exemplo, a obras sanitárias nos municípios de Cariacica e Vila Velha, essenciais para a qualidade ambiental da região e que vão beneficiar diretamente mais de cem mil pessoas.

Paralelamente, foi dado o primeiro passo concreto para a realização de um investimento inovador, inédito no Espírito Santo, orientado pela estratégia de aprimorar os mecanismos de promoção da segurança hídrica. Em setembro de 2021, a Cesan assinou o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) em conjunto com a produtora de aço ArcelorMittal Tubarão, para a construção de um projeto pioneiro de utilização de água de reúso de esgoto sanitário em processo industrial.

Outro marco histórico registrado no ano foi o início, em abril de 2021, das operações da Parceria Público-Privada (PPP). Representando um investimento total da ordem de R\$ 829 milhões, essa PPP irá beneficiar diretamente mais de 400 mil pessoas, permitindo universalizar o

acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto nos municípios de Cariacica e Viana até 2031.

A Cesan também avançou em sua trajetória de alinhamento às novas exigências do setor, oriundas da aprovação do Marco Regulatório do Saneamento Básico, introduzido por meio da Lei nº 14.026/2020. Um dos principais resultados foi a obtenção, até 31 de dezembro, das anuências junto aos municípios, viabilizando a continuidade dos 46 contratos já assinados. No mesmo prazo, foram entregues aos órgãos competentes os estudos de viabilidade financeira referentes a esses contratos, preparados com a consultoria da Fundação Getúlio Vargas.

Buscando ir além das exigências regulatórias e legislativas, a Companhia iniciou, em 2021, o desenvolvimento de um estudo para orientar uma transformação de sua estrutura organizacional voltada a preparar a Cesan para um futuro de crescimento e expansão. O intuito é identificar as oportunidades e riscos do cenário atual para aprimorar a gestão, dando ainda maior solidez financeira e agilidade administrativa, fortalecendo a empresa para o desafio da universalização dos serviços de saneamento básico em todo o território capixaba, atendendo às expectativas de qualidade com responsabilidade social e ambiental.

O ano de 2021 também trouxe como desafio adicional para a Companhia adequar sua estrutura de cobrança para atender às determinações da revisão tarifária finalizada no ano, que trouxe avanços significativos com critérios mais justos para os usuários, além de aprimoramento e ampliação da tarifa social. O processo demonstrou, mais uma vez, a capacidade da Cesan de agir rapidamente para cumprir as regulamentações e atender à população como um todo.

Os dados e resultados apresentados neste Relatório de Administração demonstram o nosso compromisso com a força de trabalho, acionistas, fornecedores, clientes, sociedade e demais partes interessadas, com uma atuação responsável, transparente e estratégica para contribuir decisivamente no desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, hoje e no futuro. Ao registrar esses avanços, a Diretoria da Cesan agradece a colaboração de todos que contribuíram na trajetória de mais um ano desafiador e reafirma sua determinação de manter, em 2022, uma gestão orientada pelo compromisso com todos os nossos públicos, respaldada pelo planejamento estratégico e pela visão de futuro.

A Administração

PERFIL INSTITUCIONAL

A Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, sediada em Vitória, sendo seu acionista controlador o Estado do Espírito Santo.

Sua atividade-fim é captar, tratar e distribuir água, bem como coletar e tratar esgotos sanitários, conforme dispõe a Lei 2.282, de 1967, que a criou, e o Decreto 2.575, do mesmo ano, que a regulamentou. A partir de 2011, com a publicação da Lei 9.772, a Cesan passou a poder

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

atuar também no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como a participar de outras sociedades e constituir subsidiárias, que podem se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou no exterior.

Para cumprir sua finalidade e alcançar o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade de vida para a população do Espírito Santo, a Cesan realiza, ainda, estudos de projetos, execução de obras de novas instalações e ampliação de redes, manutenção e comercialização dos serviços relacionados aos resíduos sólidos e ao meio ambiente.

O Governo do Estado do Espírito Santo detém o controle, com 99,8% das ações, enquanto acionistas minoritários possuem 0,2% do capital.

A Companhia atende a 73% da população capixaba e está presente em 53 dos 78 municípios do Espírito Santo. Desses, sete estão na Região Metropolitana da Grande Vitória e 46 no interior.

Visão

Universalizar os serviços de saneamento até 2030, comprometida com a excelência na sua gestão.

Missão

Prestar serviços de saneamento de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Para nós, prestar serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto de qualidade é garantir que o cliente seja atendido com segurança, regularidade, quantidade necessária e preços justos, visando à promoção da saúde e à proteção do meio ambiente.

Para nós, desenvolvimento econômico, social e ambiental é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer os recursos necessários para atender as gerações futuras.

Valores

- **Comprometimento:** somos comprometidos com a nossa missão e sabemos da importância do nosso trabalho para o desenvolvimento do nosso estado e a qualidade de vida das pessoas.
- **Confiança:** nossos relacionamentos são pautados na confiança, zelando pela credibilidade da empresa.
- **Ética:** cumprimos os princípios e regras éticas segundo nosso Código de Conduta e Integridade e agimos com transparência.
- **Qualidade:** buscamos a excelência na prestação dos nossos serviços, para atingir os resultados da melhor maneira possível, considerando as necessidades dos nossos clientes.
- **Respeito:** valorizamos nossa força de trabalho, cuidamos dos clientes, nossa razão de existir, e mantemos uma relação de parceria com os fornecedores.
- **Responsabilidade:** agimos com responsabilidade perante a sociedade e o meio ambiente, cuidando do presente para garantir um futuro melhor.

- **Segurança:** atuamos com segurança em todos os nossos processos, produtos e serviços, protegendo as pessoas e o ambiente em que vivemos.

CESAN EM NÚMEROS

Cesan no Estado	2021
Índice de cobertura	
Água	100%
Esgoto	74,9%
Municípios atendidos	
Água	53
Esgoto	35
Estações de tratamento	
Água	91
Esgoto	101
Produção acumulada m³	
Volume de água produzida	252 milhões
Volume de esgoto tratado	71,4 milhões
Economias	
Água	948,5 mil
Esgoto	572,5 mil
Total de empregos gerados	
Efetivos	1.321
Terceiros	3.965

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em sintonia com as boas práticas de gestão de risco, códigos de conduta e políticas relacionadas a compliance e integridade, a estrutura de governança corporativa da Cesan atende à Lei 13.303/2016, denominada de Lei de Responsabilidade das Estatais. Essa legislação dispõe sobre o estatuto jurídico de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A estrutura de governança da Cesan é formada por Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade, Auditoria Interna e Diretoria Colegiada, tendo o suporte de uma auditoria externa independente, contratada por meio de processo licitatório.

A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a Lei e o Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. Realiza reuniões ordinárias em um dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada, observadas as prescrições legais e estatutárias. Desde 2020, em razão

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

da pandemia de Covid-19, o formato tem sido semipresencial, por meio da plataforma virtual MS Teams, nos termos do Artigo 124, §2-A da Lei nº 6.404/76.

Assembleia Geral dos Acionistas – com reuniões ordinárias em um dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada, observadas as prescrições legais e estatutárias.

Conselho de Administração – é composto de 7 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes, com mandato unificado de 2 (dois) anos, coincidentes com o da Diretoria, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, sendo: 4 (quatro) representantes do Estado do Espírito Santo, acionista majoritário, sendo o Diretor Presidente da Cesan membro nato e 1 (um) dos demais diretores da empresa, a ser indicado pelo Diretor Presidente, seu substituto eventual; 1 (um) representante dos acionistas minoritários; 1 (um) Conselheiro independente, indicado pelo Acionista Controlador; 1 (um) representante dos empregados escolhido em eleição direta, pelos empregados da Cesan, conforme exigências legais. Caso o representante dos acionistas minoritários, indicado para compor o Conselho de Administração, não atenda aos requisitos do artigo 22, §1º da Lei nº 13.303/16, deverão ser indicados 2 (dois) Conselheiros independentes, para observar o percentual mínimo do caput do citado dispositivo, passando, excepcionalmente, o Conselho de Administração a contar com 8 (oito) membros. Realizam reuniões mensais para deliberação de matérias conforme atribuições legais e estatutárias.

Membro	Função
Rafael Grossi Gonçalves Pacífico	Presidente
Carlos Aurélio Linhalis Suplente: Weydson Ferreira do Nascimento	Efetivo integrante nato
José Marcos Travaglia Suplente: Magaly Guimarães Lucas	Representante do acionista majoritário
Marcelo Campos Antunes	Representante do acionista majoritário
Pedro Meneguetti	Integrante independente
José Alves Paiva Suplente: Flávia Coutinho Paiva	Representante dos acionistas minoritários
Fabiano Venturim Canal	Representante dos empregados

Conselho Fiscal – funciona em caráter permanente, com as atribuições fixadas em lei, é composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, permitidas duas reconduções consecutivas. Fazem reuniões mensais para o controle e fiscalização dos atos dos administradores, conforme atribuições legais e estatutárias.

Membro	Função
Alaimar Ribeiro Rodrigues Suplente: Roberta Altoé Lirio	Representante do acionista majoritário
Davi Diniz de Carvalho	Representante do acionista majoritário
Manoel Virgílio Araújo Suplente: André Rosetti Bresciani	Representante dos acionistas minoritários

Diretoria – a administração da Companhia é exercida por uma Diretoria composta de até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração pelo período de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria compõe-se de Diretor Presidente, Diretor de Relações Institucionais, Diretor Administrativo e Comercial, Diretor Operacional e Diretor de Engenharia e Meio Ambiente, que serão empossados mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Realizam reuniões semanais para apreciação de matérias, conforme atribuições legais e estatutárias.

Membro	Função
Carlos Aurélio Linhalis	Diretor Presidente
Weydson Ferreira do Nascimento	Diretor Administrativo e Comercial
Pablo Ferraço Andreão	Diretor de Engenharia e Meio Ambiente
Thiago José Gonçalves Furtado	Diretor Operacional

Comitê de Auditoria Estatutário – órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, é composto por 3 (três) membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração pelo período de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição. Reúnem-se sempre que necessário, conforme atribuições estatutárias e no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes da divulgação do balanço. As diretrizes relativas ao funcionamento do Comitê de Auditoria Estatutário estão definidas em seu Regimento Interno – INS.006.01.2020.

Membro	Função
Leonardo de Resende Dutra	Coordenador
Pedro Ivo da Silva	Auditor Estatutário
Wilma Chequer Bou Habib	Auditor Estatutário

Comitê de Elegibilidade – órgão auxiliar do Acionista Majoritário, composto por 3 (três) membros indicados pelo Conselho de Administração pelo período de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas para verificar a conformidade do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e outras atribuições estatutárias.

Membro	Função
Aline Fardim Boreli	Coordenador
Gelcimar Lopes de Oliveira	Membro
Katiuska Mara Oliveira Zampier Martinelli	Membro

NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

Dando continuidade a um processo iniciado em 2019, antes mesmo da aprovação da nova legislação, a Cesan consolidou suas ações voltadas a ter uma total aderência às novas exigências do setor. Um dos principais resultados foi a obtenção, até 31 de dezembro, das anuências junto aos municípios, viabilizando a continuidade dos 46 contratos já assinados. No mesmo prazo, foram entregues aos órgãos competentes os estudos de viabilidade financeira referentes a esses contratos, preparados com a consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Esse trabalho terá continuidade em 2022, visando à adequação e à formalização dos termos aditivos aos contratos vigentes.

Estudo Organizacional com consultoria da FGV

Com o objetivo de orientar as transformações da Companhia rumo a uma estrutura organizacional mais alinhada às novas demandas da sociedade, a Cesan está desenvolvendo um estudo com a consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Além de identificar oportunidades e riscos oriundos da aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, o estudo irá auxiliar o processo de alinhamento da Cesan ao mercado, indicando formas de aprimorar a gestão para atender às expectativas dos diferentes públicos, dando maior solidez financeira e agilidade administrativa. A meta é preparar a Cesan para um futuro de crescimento, incluindo a expansão de sua abrangência que poderá ir além do território do Estado do Espírito Santo.

Microrregião do Saneamento no Espírito Santo

A Lei Complementar Estadual nº 968/2021, aprovada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo em julho de 2021, dá maior clareza em relação à responsabilidade do Estado do Espírito Santo como cotitular do saneamento, junto com os 78 municípios. Dessa forma, o Governo do Estado pode ser parceiro das prefeituras para alavancar investimentos.

A nova legislação abre oportunidades para a Cesan oferecer serviços de saneamento em alinhamento com as estratégias da gestão estadual, sempre no intuito de elevar a cobertura e a qualidade do atendimento prestado

à população, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Comprovação de capacidade econômico-financeira

Em 30 de dezembro de 2021, a Cesan protocolou junto a agência reguladora um requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira, acompanhado de toda a documentação exigida pela Lei 14.026/2020, regulamentada pelo Decreto 10.710/2021, em seus artigos 10 e 11.

Cabe destacar que a Cesan apresentou a comprovação dos indicadores econômico-financeiros do grupo econômico a que pertence, atendendo aos seguintes referenciais mínimos:

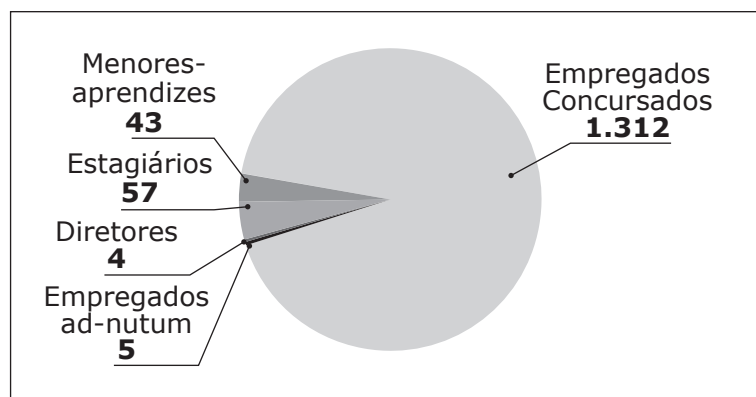
- índice de margem líquida sem depreciação e amortização superior a zero;
- índice de grau de endividamento inferior ou igual a um;
- índice de retorno sobre patrimônio líquido superior a zero; e
- índice de suficiência de caixa superior a um.

O requerimento foi elaborado com base no estudo de capacidade econômico-financeira realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que teve como certificador independente a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace). Nesse estudo, foi comprovada a capacidade da Companhia em atingir as metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos, até 31 de dezembro de 2033.

EMPREGADOS

A Cesan conta com 1.321 empregados, dos quais 937 atuam na Região Metropolitana da Grande Vitória e 384 no interior, sendo 1.312 empregados regidos pela CLT, 4 (quatro) Diretores Estatutários [sendo 1 (um) regido pela CLT e os outros 3 (três) ad-nutum] e 5 assessores ad-nutum. Também fornece oportunidades de estágio para 57 estudantes e mantém 43 menores-aprendizes, conforme gráfico abaixo:

Empregados efetivos



COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Tempo de Trabalho	Qtde	%
Menos de 1 ano	0	0,00
Entre 1 e 5	61	4,62
Entre 5 e 10	222	16,81
Entre 10 e 15	519	39,29
Entre 15 e 25	184	13,93
Entre 25 e 35	58	4,39
Mais de 35	277	20,97
Total	1.321	100,00

Grau de Instrução	Qtde	%
Fundamental	70	5,30
Ensino Médio	371	28,08
Pós-Médio	56	4,24
Técnico	364	27,55
Superior	273	20,67
Pós-Graduação	143	10,83
Mestrado	32	2,42
Não Identificado	12	0,91
Total	1.321	100

Perfil por função	Qtde	%
Gerencial	16	1,21
Assessoria	9	0,68
Gestor	75	5,68
Diretor	4	0,30
Administrativo	492	37,24
Operacional	725	54,88
Total	1.321	100

Destacam-se as ações internas continuadas como aproveitamento das intenções de movimentação, em que no ano de 2021 foram realizadas 69 movimentações a partir dos registros dos empregados. Além disso, foram oportunizados 42 editais para possibilitar o crescimento dos empregados por meio de promoção funcional.

Considerando a situação de saúde pública, causada na sociedade e na empresa a partir de 2020, devido à pandemia de Covid-19 e, permanecida em 2021, a Cesan continuou com as medidas necessárias, a fim de preservar a saúde de seus empregados, estagiários, menores-aprendizes, bem como contratados. Dentre as medidas administrativas, tem-se o trabalho remoto excepcional. Tal modalidade vigorou até 31 de agosto de 2021. A partir de setembro de 2021 houve o retorno do trabalho

presencial, sendo continuado o trabalho remoto excepcional, apenas, para as gestantes.

A empresa no ano de 2021 investiu na capacitação e desenvolvimento de seus empregados com 52.600 horas realizadas de capacitação, o que representa uma média de 42 horas por empregado e pode-se destacar que 69,90% dos empregados obtiveram 12 horas ou mais de treinamento.

Ressalta-se que a empresa buscou novas formas de diversificar o acesso à aprendizagem com a consolidação da plataforma EAD Cesan Educ@ com caráter inovador, sendo a primeira experiência da Companhia com uma plataforma de educação a distância. Foram disponibilizadas na plataforma 9.400 horas de capacitação com 28 treinamentos referentes a temáticas comportamentais, sistemas internos corporativos e liderança.

A Cesan também promove diversos programas de qualidade de vida, com foco na melhoria contínua das condições de trabalho dos empregados: Contratação de Programa de Mentoria Financeira, Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência Química, Reabilitação Funcional Interna e Externa, Campanhas de Imunização contra a Influenza, Ginástica Laboral por Teleatendimento e Voluntariado Empresarial.

FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021, a Cesan possuía um total de 480 contratos com fornecedores diversos, cadastrados regularmente para a aquisição de serviços e materiais.

As atividades operacionais são o cerne da Cesan e quaisquer eventos a elas relacionados impactam em sua imagem perante os consumidores de serviços integrados de fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto nas localidades onde atua. Nesse contexto, são extremamente relevantes os fornecedores de produtos químicos utilizados no processo de tratamento da água e de esgoto, cujas características físico-químicas passam por consideráveis transformações até o estado de potabilidade da água e de padrão do efluente, respectivamente.

O principal contrato de serviços é o de fornecimento de energia elétrica, que representa cerca de 32,3% de todo o custeio e 12% da receita operacional bruta. Outros itens dizem respeito à continuidade na prestação dos serviços da Cesan, seja por investimentos em novos ativos operacionais (obras de estações de tratamento de água e esgoto, redes de distribuição e componentes visando aumento de capacidade produtiva), pela correção de eventuais vazamentos, com substituição de tubos e conexões, ou pela medição desses serviços prestados, que provê o retorno econômico imprescindível aos negócios da Companhia, visando sua higidez e sustentabilidade financeira.

Dessa forma, os insumos e serviços utilizados possuem cada qual sua finalidade no contexto das atividades da Cesan, como segue na tabela dos principais fornecedores:

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**CNPJ: 28.151.363/0001-47**

Grupo de Fornecedores	Serviços/Produto	Principais Fornecedores
Material de Tratamento	Produtos Químicos para Tratamento de Água	Bauminas Química, Sumatex, PQA Produtos Químicos Aracruz, Faxon, Calmix, GR Polímeros, A. P. DA SILVA, SNF.
Material de Manutenção de Redes	Tubos, Conexões, Componentes, Materiais de Reparo e Hidrômetros	Saint-Gobain, Polierg, Tigre, Doal PLastic, FGS Brasil, Sulzer, Inapi, Angolini & Angolini, Fanuel, LAO, FAE, Danfoss, AMRTec, AVK, VCW, Fundidos de Ferro Brasil, Radial, Durcon, Vedasystem.
Energia Elétrica	Fornecimento de energia	EDP-Espírito Santo e ELFSM – Empresa Luz e Força Santa Maria (Fornecimento de energia elétrica).
Serviços Gerais	Serviços de Apoio à Gestão (Vigilância, Limpeza e Telefonia)	SEI Vigilância e Segurança / Opção Limpeza e Conservação, Telemar, Telefônica, Claro, Telnec e Vivo (telefonia fixa e móvel e link de dados).
Serviços Comerciais	Atendimento ao Cliente e Call Center, Leitura e entrega de contas, Cobrança, Substituição de hidrômetros, Pesquisa, identificação e retirada de irregularidades, Supressão e religação de ramal predial, Vistoria de campo, Verificação se o imóvel interligou à rede de esgoto	Sollo Brasil Serviços de Call Center Ltda, Ivov Contact Center Ltda, Allsan Engenharia e Administração Ltda, Consórcio AES ES, Darwin Engenharia Ltda, R & R Vitorias Ltda e Tubonews
Serviços Operacionais	Operação e Manutenção de sistemas e de redes de água e esgoto (inclusive Manutenção Eletromecânica)	Tubonews, Serra Ambiental, Vila Velha Ambiental, Usiplan, Marca Construtora e Serviços, Construtora JV LTDA, Di Castelli Comércio e Serviços, RANKING Locação e Serviços, ACX Derivados de Petróleo, Tratae Ind e Comércio para Saneamento Ambiental, Sanevix Engenharia Ltda, Darwin Engenharia Ltda, Ecobulck Indústria e Serviço de Proteção ambiental, Momento Arquitetura e Construções Ltda, Rio Vivo Ambiental, Líder Saneamento e Serviços Ltda, DSN Locações Ltda. Usiplan; Fluid Feeder Indústria e Comércio LDTA, Tecvit Equipamentos Elétricos EIRELI, Emprafil Eletro Mecânica LTDA – EPP, Salvador Engenharia LTDA, Hexis Científica LTDA, Sie Serviços Cursos e Comércio de Peças Industriais LTDA ME, Sermavil Locação e Montagens LTDA, AlSCO Toalheiro Brasil LTDA, Serramaq Comércio e Serviços LTDA – EPP, União Empreendimentos e Saneamento Ambiental EIRELI, KSB Bombas Hidráulicas S/A, Oxivit Comércio de Gases LTDA, Franklin Eletric Indústria de Motobombas S. A., Danfoss do Brasil Indústria e Comércio LTDA, Xylem Brasil Soluções para Água LTDA, Sulzer Pumps Wastewater Brasil LTDA, Watson-Marlow Bredel Indústria e Comércio de Bombas LTDA, Eletrovan Material Elétrico LTDA, NS Comércio de Parafusos LTDA-ME, Central dos Parafusos Ferramentas e Máquinas EIRELI-ME.

Os fornecedores de materiais e serviços são selecionados e qualificados por meio de Editais Públicos de Licitação, com base na Lei Federal 13.303/16 e RLC- Regulamento de Licitações da Cesan, com exceção do fornecimento de energia elétrica que é realizado por uma concessionária e regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Resolução 414/2010, que estabelece as condições gerais de fornecimento.

SOCIEDADE

A comunidade com a qual a Cesan mantém relacionamento é composta principalmente pela população vizinha às unidades dos sistemas de água e esgoto, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, especialmente órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos, Agência de Regulação de Serviços Públicos – ARSP, Ministério Público e Promotorias de Justiça municipais, Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento (Vitória, Vila Velha, Serra e outros), ONGs, associações de moradores, associações de irrigantes, assentamentos rurais, imprensa, escolas, comércio e indústria.

RELACIONAMENTO**Novo sistema comercial**

Em dezembro de 2021 foi disponibilizada aos clientes a Nova Agência Virtual, que facilitou o acesso aos serviços da Cesan. A ferramenta está sendo aprimorada, uma vez que integra um projeto de 4 (quatro) anos e tem previsão de ser concluído em agosto do próximo ano. Visando dar maior acessibilidade dos serviços ofertados, foi iniciado o atendimento aos clientes pelas redes sociais Telegram, Twitter, Instagram e Facebook.

Ainda em 2021, as condições especiais para negociação de débitos em feirões foram ampliadas para todos os clientes da Cesan durante todo o período da pandemia. Essas condições isentaram os clientes da cobrança de juros e multas dos débitos em atraso e possibilitaram o parcelamento das dívidas sem juros. Essas medidas continuam valendo para o exercício de 2022, enquanto durar a pandemia, e foram promovidas alterações como o aumento do prazo de parcelamento.

Novas agências de atendimento

A cidade de Brejetuba, localizado ao sul do estado, recebeu uma nova agência de atendimento ao cliente, ampliando a rede de atendimento da região. Já as agências de Barra de São Francisco, Apiacá, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e Fundão receberam investimentos em melhorias, ofertando mais comodidade aos moradores dessas localidades.

Crescimento na carteira de clientes

Em 2021, a mudança da estratégia em relação ao aumento dos investimentos para novas ligações, que teve como objetivo regularizar ligações clandestinas, realizar ações comunitárias integradas e gerar redução de perdas, possibilitou a ampliação da carteira de clientes atendidos pela Cesan.

A nova estratégia foi realizada com a união de áreas Comerciais (Atendimento, Cadastro e Hidrometria) com áreas operacionais (Manutenção e Obras), bem como a área de Relações com a Comunidade.

REVISÃO TARIFÁRIA

A Cesan adaptou sua estrutura de cobrança e cálculo tarifário para atender às determinações da nova estrutura

tarifária concluída em 2021 pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP). A finalidade da revisão é estabelecer sinais de preços que eliminem distorções na relação custo/consumo e estimulem o consumo responsável. A revisão também tem como objetivo definir tarifas que sejam as mais justas possíveis e viabilizem a continuidade da prestação de serviços de saneamento básico com eficiência, qualidade, sustentabilidade e universalização.

Na revisão concluída em 2021, houve alterações na estrutura de cobranças buscando critérios mais justos para os usuários. No desenho da nova estrutura tarifária, foram traçados os seguintes objetivos:

- definição de uma tarifa em duas partes, com a eliminação da cobrança do custo mínimo associado ao volume de 10 m³;
- mudança da lógica de cobrança por economia para cobrança por ligação;
- aprimoramento da tarifa social;
- aprimoramento da tarifa de disponibilidade;
- continuidade da política de subsídios atual;
- manutenção de uma receita requerida suficiente para a adequada sustentabilidade dos serviços, preservando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A revisão tarifária de 2021, em alinhamento ao novo marco legal do saneamento, institui mecanismos de estímulo aos investimentos voltados à universalização dos serviços de saneamento básico. Entre os mecanismos, há a possibilidade de negociação do valor da tarifa para viabilizar projetos de expansão e melhoria.

GESTÃO AMBIENTAL**Controle da qualidade**

A Cesan monitora a eficiência das estações de tratamento de água e de esgoto. Além disso, como empresa despoluidora, monitora também os consequentes impactos positivos de suas ações no meio ambiente. As informações de controle da qualidade são compiladas mensalmente e enviadas de forma automática para abastecer o Sistema Nacional de Informações sobre a Qualidade da Água (Siságua).

O trabalho é realizado de forma sistemática em todas as etapas de captação, tratamento, reservação e distribuição, para assegurar o atendimento aos padrões de potabilidade da água, contribuindo diretamente para saúde da população e a preservação das condições ambientais. As análises são realizadas em laboratórios equipados com instrumentos que otimizam e garantem o controle contínuo da qualidade. Em 2021, os laboratórios de Controle da Qualidade da Água e Esgoto mantiveram as certificações ISO 9001 e ISO 17025.

Qualidade da água

A Cesan realizou, em 2021, 40% mais de coletas de amostras e análises do que a legislação vigente determina. Os resultados são divulgados para a sociedade por meio de relatórios da qualidade da água impres-

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

nos nas faturas de cobrança, mensalmente, bem como nos relatórios anuais da qualidade da água entregues nos imóveis. As medições são realizadas no manancial, no processo de tratamento, na reservação e na distribuição da água. Em 2021, foram realizadas 1.830.191 análises em amostras de água bruta (captada) e tratada (produzida e distribuída) pela Cesan no Estado do Espírito Santo, tanto na Região Metropolitana como no interior. A estrutura de controle da qualidade da Cesan conta com 91 laboratórios localizados nas estações de tratamento de água, além de laboratórios operacionais e um laboratório central, localizado em Cobi, no município de Vila Velha.

Monitoramento do esgoto tratado

Nas estações de tratamento de esgoto, a Cesan realiza o controle da qualidade dos efluentes conforme os requisitos legais para lançamento em corpos receptores e as condicionantes ambientais do licenciamento de cada unidade operacional. Em 2021, a Cesan realizou 15.558 análises para monitoramento dos efluentes das estações de tratamento de esgoto, de acordo com a legislação vigente. Para a melhoria do controle operacional, a Cesan realizou ainda outras 1.438 análises de amostras coletadas nos sistemas de esgotamento sanitário. Também teve continuidade, em 2021, o treinamento de terceirizados nas atividades de coleta e análise para controle da qualidade do tratamento de esgoto, em atendimento a condicionantes ambientais. Ao todo, foram realizados, ao longo do ano, oito treinamentos distribuídos por diversos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo os municípios de: Santa Teresa, Marechal Floriano, Venda Nova, Castelo, Bom Jesus do Norte, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Pinheiros.

Programa de monitoramento ambiental

Em 2021, a Cesan ampliou o número de sistemas de esgotamento sanitário monitorados, incluindo os municípios de: Afonso Cláudio, Apiacá, Domingos Martins, Dores do Rio Preto (Distrito Pedra Menina) e Castelo. Esse monitoramento visa acompanhar os impactos positivos da implantação dos sistemas de esgotamento sanitário em determinada localidade. As análises realizadas (temperatura, pH, Escherichia coli, oxigênio dissolvido, nitrogênio total, fósforo total e demanda bioquímica de oxigênio, sólidos totais e turbidez) são as necessárias para calcular o Índice de Qualidade da Água (IQA).

MERCADO

Em meio ao enfrentamento das adversidades geradas pela pandemia de Covid-19, ao longo de 2021 a Cesan fortaleceu a estratégia de desenvolvimento voltada a ampliar sua competitividade, com sustentabilidade e consistência. A empresa hoje está presente na vida de 2,5 milhões de capixabas, em 53 municípios, e se prepara para expandir sua área de atuação mantendo a solidez e o compromisso com o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Apenas 5 (cinco) contratos de concessão geram 80,7% das receitas operacionais da Cesan, tendo seus contratos de programa renovados por mais de 21 anos. Entre os 10 maiores municípios que geram receitas operacionais para a Companhia, o único município que não teve renovação da concessão ou contrato de programa é o município de Piúma, com contrato válido até 10 de outubro de 2022.

O índice de cobertura com água tratada é de 100% e com coleta de esgoto é de 75% da população urbana na área de concessão.

Contratos (% da Receita operacional em milhões)**Economias ativas totais**

Municípios	Receita operacional	% Receita operacional	Vencimento do contrato	Tipo de contrato	Tipo de concessão	Água	Esgoto
Serra	246,4	23,8%	25/06/43	Programa	Água e Esgoto	169.634	139.910
Vitória	220,6	21,3%	21/03/49	Programa	Água e Esgoto	147.051	124.614
Vila Velha	205,1	19,8%	26/02/46	Programa	Água e Esgoto	194.334	111.706
Cariacica	107,6	10,4%	24/06/48	Programa	Água e Esgoto	118.421	50.399
Guarapari	57,9	5,6%	26/12/47	Programa	Água e Esgoto	69.057	47.054
Viana	21,9	2,1%	24/06/48	Programa	Água e Esgoto	19.130	9.116
Nova Venécia	11,8	1,1%	20/07/39	Programa	Água e Esgoto	14.200	4.320
Piúma	11,2	1,1%	10/10/22	Concessão	Água e Esgoto	14.370	8.632
Anchieta	10,3	1,0%	13/05/45	Programa	Água e Esgoto	11.739	4.933
Barra de São Francisco	9,1	0,9%	21/11/39	Programa	Água e Esgoto	11.200	3.720
Demais Municípios	135,4	13,1%				179.401	68.089
Total	1.037,4	100,0%				948.537	572.493

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

As receitas operacionais se concentram no serviço de abastecimento de água na categoria residencial. As receitas provenientes do uso residencial (residencial, mais tarifa social) representam 72% do total da receita operacional, no ano de 2021.

Tipo	Receita operacional	% Receita operacional
Água	722,6	69,7%
Esgoto	314,8	30,3%
Total	1.037,4	100,0%

Categoria	Receita operacional	% Receita operacional
Residencial	744,8	71,8%
Demais	292,7	28,2%
Total	1.037,4	100,0%

O número de ligações de água em 2021 foi 2% superior ao número de ligações existentes em 2020, representando um incremento de 11.768 ligações de água.

Ligação de água	2021	% Sobre o total de 2021	2020	% Sobre o total de 2020	Variação (21/20)	
					Quantidade	%
Social	35.147	5,8%	35.765	6,1%	-618	-1,7%
Residencial	516.988	85,9%	505.476	85,6%	11.512	2,3%
Comercial	44.449	7,4%	43.639	7,4%	810	1,9%
Industrial	924	0,2%	920	0,2%	4	0,4%
Público	4.595	0,8%	4.535	0,8%	60	1,3%
Total	602.103	100,0%	590.335	100,0%	11.768	2,0%

Quanto a ligações de esgoto em 2021, o percentual é de 3,7% superior ao número de ligações existentes em 2020, representando um incremento de 10.204 ligações de esgoto.

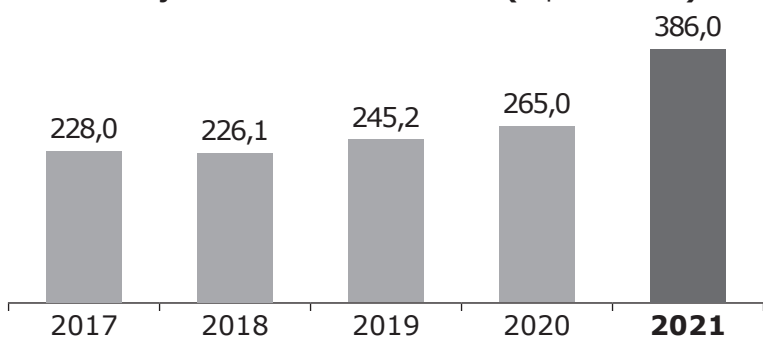
Ligação de esgoto	2021	% Sobre o total de 2021	2020	% Sobre o total de 2020	Variação (21/20)	
					Quantidade	%
Social	16.616	5,8%	16.306	5,8%	310	1,9%
Residencial	244.878	84,7%	235.914	84,6%	8.964	3,8%
Comercial	24.612	8,5%	23.923	8,6%	689	2,9%
Industrial	516	0,2%	512	0,2%	4	0,8%
Público	2.346	0,8%	2.109	0,8%	237	11,2%
Total	288.968	100,0%	278.764	100,0%	10.204	3,7%

INVESTIMENTOS

Em 2021, a Cesan realizou uma aceleração histórica no ritmo dos investimentos atendendo ao planejamento estratégico e à diretriz de universalizar os serviços de saneamento até 2030. A Companhia investiu o correspondente a 27,2% de sua receita operacional em 2020. Já em 2021, esse percentual saltou para 37,2% direcionados a projetos de expansão e melhoria dos serviços.

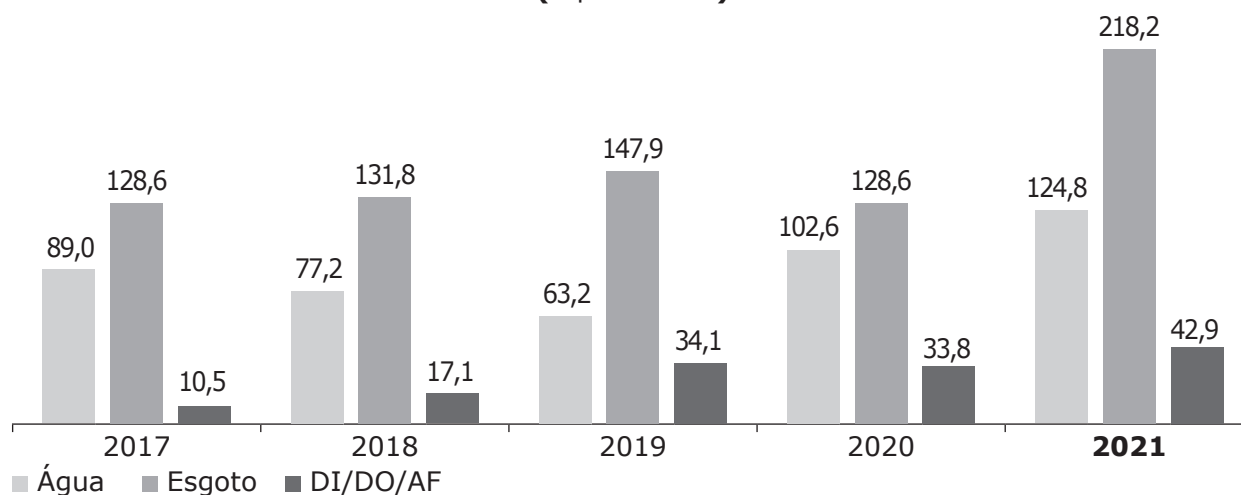
Com isso, alcançou um novo recorde de desembolso de investimentos, atingindo R\$ 386 milhões ao longo de 2021, o que representa um acréscimo de R\$ 121 milhões ou aumento de 45,7% em relação ao realizado no ano anterior, que foi de R\$ 265 milhões. Com projetos já licitados e aprovados, a expectativa é acelerar ainda mais o ritmo de investimentos nos próximos anos, podendo chegar a cerca de R\$ 600 milhões já em 2022.

Evolução dos Investimentos (R\$ milhões)



Os investimentos de 2021 foram distribuídos da seguinte forma: R\$ 124,8 milhões em abastecimento de água, R\$ 218,2 milhões em esgotamento sanitário e R\$ 42,9 milhões em Desenvolvimento Institucional, Operacional e Ativo Fixo.

Investimentos Realizados – por finalidade (R\$ milhões)



Águas e Paisagens

O Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem é o maior conjunto de ações na área ambiental já realizado no Espírito Santo. Financiado pelo Banco Mundial, o Programa elenca investimentos da ordem de US\$ 323 milhões, direcionados a obras e intervenções que vão proporcionar melhorias em: saneamento ambiental, recursos hídricos, drenagem, gestão de mananciais, recuperação da cobertura florestal, gestão de riscos e prevenção de desastres.

Em 2021, a Cesan iniciou e deu andamento em diferentes projetos que integram esse Programa. Entre os mais robustos, estão os investimentos de mais de R\$ 418 milhões em obras sanitárias no município de Vila Velha. Esse valor inclui a ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Araçás, de 400 l/s para 900 l/s, e a construção de uma nova ETE em Terra Vermelha, com capacidade para tratar 150 l/s. Os dois empreendimentos vão permitir universalizar o serviço para a população das duas regiões do município, beneficiando diretamente cerca de 115 mil moradores.

Parceria Público-Privada (PPP)

Em abril de 2021 foram iniciadas as operações da Parceria Público-Privada (PPP) para ampliação dos serviços no município de Cariacica, instituída para dar maior agilidade aos investimentos e melhorias voltados a universalizar o acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto nos municípios de Cariacica e Viana até 2031.

O investimento total será superior a R\$ 829 milhões e vai beneficiar diretamente mais de 400 mil pessoas. A PPP inclui a construção de novas estruturas, como ETEs e Estações Elevatórias, além de obras de melhoria e ampliação nos sistemas atuais, bem como a operação do serviço ao longo dos 30 anos da vigência do contrato.

A elaboração dessa PPP seguiu o modelo bem-sucedido de operações já empreendidas nos municípios da Serra e de Vila Velha, que colocam a Cesan como uma das

empresas de referência na gestão de contratos dessa modalidade.

Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)

Em setembro de 2021, a Cesan deu o primeiro passo para concretizar um investimento inédito no Espírito Santo, que vem sendo planejado há mais de uma década. Com a assinatura do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) em conjunto com a produtora de aço ArcelorMittal Tubarão, foi iniciado o acordo que prevê utilização de água de reúso de esgoto sanitário em processo industrial. Inovador e pioneiro, o PMI vai, ao mesmo tempo, contribuir para ampliar a capacidade de tratamento de esgoto na Grande Vitória e reduzir o volume de água retirado do Rio Santa Maria da Vitória para utilização da ArcelorMittal Tubarão, disponibilizando, assim, esse recurso para a população.

É um investimento inovador orientado pela sustentabilidade ambiental, social e econômica. Vai alavancar a circularidade da água, apontando um caminho de aproveitamento máximo do recurso: coleta do esgoto doméstico, tratamento desse efluente e utilização do mesmo em processos industriais. A parceria entre a Cesan e a ArcelorMittal Tubarão configura um ciclo socioambiental completo que preserva as bacias hidrográficas, aumenta a qualidade dos serviços prestados à sociedade e contribui com o desenvolvimento econômico.

O acordo prevê o fornecimento de 150 l/s de água proveniente do efluente da Estação de Tratamento de Esgoto da Cesan. A produtora de aço se compromete a adquirir esse volume por um período de 25 anos. Para atender a essa demanda, a Cesan irá construir uma nova estação de tratamento de esgoto sanitário, em substituição à ETE de Camburi. Tecnicamente mais moderna e eficiente, a nova estação vai ocupar uma área menor e será instalada em terreno de 11 mil m² doado pela produtora de aço, localizado em Serra. Com isso, a área ocupada hoje pela ETE de Camburi, junto ao Aeroporto de Vitória, poderá ser utilizada em outros empreendimentos da Cesan.

Escopo da PMI Água de Reúso

- Construção de nova Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade de produzir até 200 l/s de água de reúso;
- Construção de Estação Elevatória de Esgoto Bruto de Camburi até o Polo Industrial Serra;
- Desativação e Aterro das Lagoas da Estação de Tratamento de Camburi;
- População beneficiada em torno de 150 mil habitantes de seis bairros de Serra;
- Investimento previsto de R\$ 130 milhões;
- Previsão de entrega até 2025.

Investimentos em Tecnologia da Informação

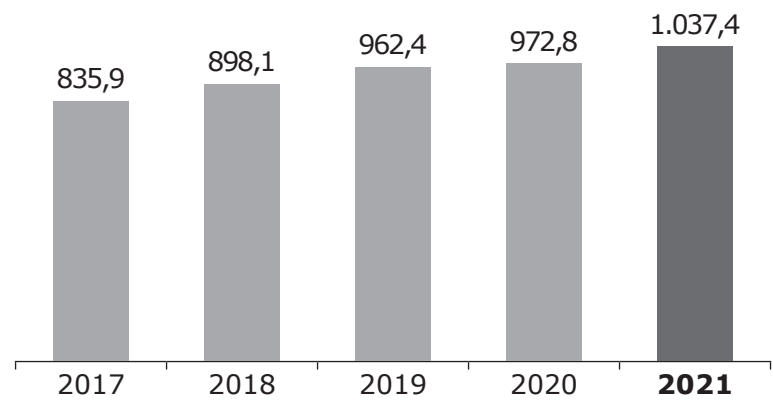
Tendo como orientação o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2021), a Cesan deu andamento a projetos de TI priorizados pela Diretoria para atendimento às demandas das áreas de negócio e da própria área de tecnologia.

Dentre esses, cabe destacar os seguintes projetos:

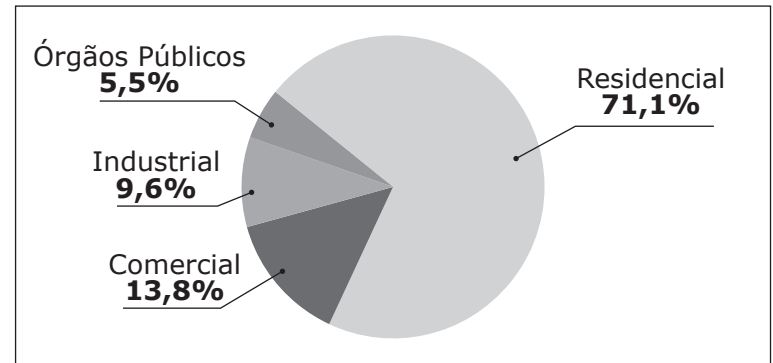
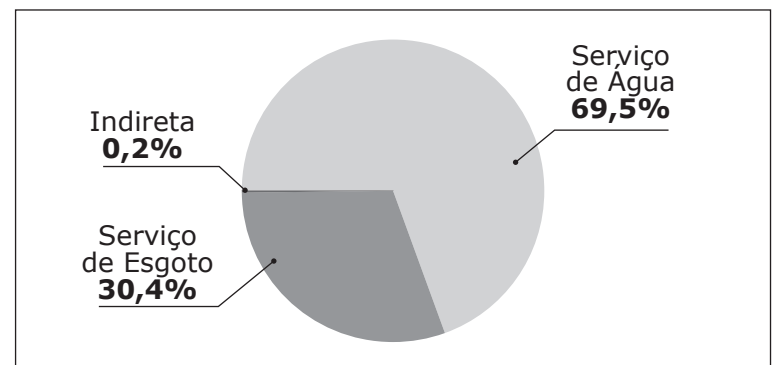
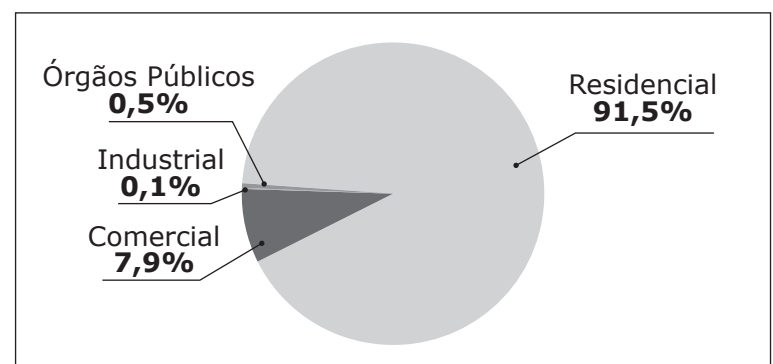
- Projeto de Siscom - desenvolvimento do Novo Sistema Comercial (Módulos Agência Virtual e Serviços), necessário para atualização tecnológica e aprimoramento do suporte aos processos comerciais da Cesan.
- Sistema para realização de medição individualizada de condomínios - permite a medição individualizada de cada unidade em condomínios, atendendo a demanda de vários clientes da Cesan, possibilitando um atendimento e uma gestão dos clientes de forma mais distinta.
- Portifólio de Projetos de BI para Controle de Perdas - permitindo um acompanhamento de indicadores estratégicos relacionados aos processos de combate às perdas na Cesan, a fim de subsidiar a tomada de decisão. Está relacionado a três itens principais: Central de Controle Comercial (CCC); Perdas: Clandestinos; Perdas: Gestão de Perdas.
- Aquisição do conjunto de aplicativos Office 365 para toda a empresa - disponibilizando uma suíte de aplicativos de produtividade para tarefas administrativas, como: videoconferência, edição de textos e planilhas, geração de apresentações, armazenamento e disponibilidade de arquivos, organização de equipes e informações, entre outras.
- Aquisição de parque de Servidores VMWARE - visando à atualização tecnológica do Datacenter da Cesan, para garantir a disponibilidade e suportar a ampliação dos sistemas corporativos.

RECEITAS

Em 2021, a Cesan teve um crescimento de R\$ 64,6 milhões nas receitas operacionais, dando continuidade à progressão verificada nos últimos anos.

**Receita Operacional Bruta
(R\$ milhões)**

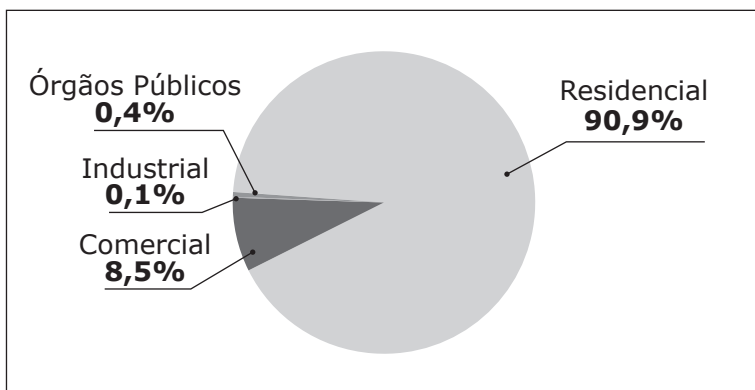
Historicamente, as receitas operacionais da Cesan derivam, principalmente, do serviço de abastecimento de água e da categoria residencial.

Receita Operacional por Categoria de Consumo**Receita 2021 Estratificada****Economias de Água por Categorias de Consumo**

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Economias de Esgoto por Categorias de Consumo



RECEITA COM VENDA DE ATIVOS

Adicionalmente, em 2021, a Cesan realizou leilão de parte de sua frota de veículos, auferindo uma receita de R\$ 2,7 milhões, registrando o recorde de receita com a venda por leilão na história da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 28,2 milhões em 2021 contra R\$ 8,7 milhões em 2020. Devido ao crescimento dos ganhos das receitas financeiras que totalizaram R\$ 47,1 milhões em 2021 contra R\$ 22,8 milhões em 2020. No que tange às despesas financeiras, tiveram um acréscimo de 34,3% (R\$ 4,8 milhões).

Os resultados positivos foram motivados pelo aumento do rendimento obtido sobre aplicações financeiras, R\$ 2,7 milhões, em função do aumento na remuneração da taxa DI e da atualização monetária do processo de devolução de valor pago pela Cesan à Faeces de R\$ 14,7 milhões.

Resultado Financeiro R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Receitas Financeiras	47,1	22,8	24,3	106,6%
Despesas Financeiras	18,9	14,1	4,8	34,3%
Total	28,2	8,7	19,5	222,9%

Receitas Financeiras - R\$ milhões	2021	% Sobre o total de 2021	2020	% Sobre o total de 2020	Variação (21/20)	
					R\$	%
Descontos Obtidos	0,1	0,1%	0,0	0,2%	0,0	63,0%
Juros e Atualizações Monetárias	21,8	46,3%	2,2	9,8%	19,6	876,7%
Ganhos com Aplicações Financeiras	10,3	21,8%	7,6	33,3%	2,7	35,2%
Multas e Juros Contratuais	0,3	0,7%	0,1	0,3%	0,3	406,7%
Acréscimos por Atraso em Faturas de Água	14,6	31,0%	12,9	56,4%	1,7	13,5%
Total	47,1	100,0%	22,8	100,0%	24,3	106,6%

Despesas Financeiras - R\$ milhões	2021	% Sobre o total de 2021	2020	% Sobre o total de 2020	Variação (21/20)	
					R\$	%
Juros e Atualizações Monetárias - Geral	17,6	93,2%	12,8	90,9%	4,8	37,7%
Descontos Concedidos	0,9	4,7%	0,9	6,4%	0,0	0,2%
Despesas Bancárias	0,4	2,0%	0,4	2,7%	0,0	0,5%
Total	18,9	100,0%	14,1	100,0%	4,8	34,3%

CUSTOS E DESPESAS

Os custos e as despesas operacionais da Cesan em 2021 totalizaram R\$ 800,8 milhões, contra R\$ 709,1 milhões no exercício de 2020, um aumento de 12,9%. Houve um impacto expressivo no item Energia Elétrica, que teve um aumento de 32,3%, passando de R\$ 94,8 milhões em 2020 para R\$ 125,3 em 2021, representando 15,7% do total das despesas.

Custos e Despesas Operacionais R\$ milhões	2021	% Sobre o total do 2021	2020	% Sobre o total do 2020	Variação (21/20)	
					R\$	%
Pessoal	217,9	27,2%	209,5	29,5%	8,3	4,0%
Materiais	28,0	3,5%	25,9	3,6%	2,1	8,1%
Energia Elétrica	125,3	15,7%	94,8	13,4%	30,6	32,3%
Serviços de Terceiros sem Energia	220,8	27,6%	197,4	27,8%	23,4	11,8%
Despesas Gerais	12,2	1,5%	8,3	1,2%	3,9	47,1%
Depreciações e Amortizações	96,0	12,0%	91,6	12,9%	4,4	4,8%
Perdas no Recebimento de Tarifas	44,4	5,5%	44,4	6,3%	0,0	0,0%
Despesas Financeiras	18,9	2,4%	14,1	2,0%	4,8	34,3%
Despesas Fiscais, Tributárias e Provisões Judiciais	32,4	4,0%	21,9	3,1%	10,4	47,5%
Outras Despesas Operacionais	5,0	0,6%	1,2	0,2%	3,8	320,2%
Total	800,8	100,0%	709,1	100,0%	91,7	12,9%

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

As principais variações ocorridas em reais foram em decorrência de:

• Despesa de Pessoal

As despesas com pessoal tiveram um crescimento de 4%, ou R\$ 8,3 milhões, em 2021. Esse aumento foi influenciado por:

- reajuste de 1,5% do salário, em agosto de 2020, devido ao Ciclo Anual de Avaliação de 2019 do Plano de Cargos e Remuneração (ganho de uma posição de antiguidade para os empregados que cumpriram os critérios estabelecidos);
- reajuste salarial de 2,399% (IPCA), referente ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2020 (data base maio de 2020). Sendo que foi pago o retroativo maio de 2020 a novembro de 2020, na referência janeiro de 2021;
- reajuste salarial de 6,76% (IPCA), referente ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2020/2021 (data-base maio de 2021).

Despesas de Pessoal R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Ordenados e Salários Horas Normais	84,9	76,4	8,5	11,1%
Previdência Social	33,8	30,6	3,3	10,6%
Ordenados e Salários Horas Extras	11,5	10,2	1,3	13,0%
Gratificações de Funções e Cargos em Comissão	7,1	6,0	1,1	18,6%
FGTS	9,6	8,8	0,8	9%
Outras Despesas de Pessoal	70,9	77,6	-6,6	-8,5%
Total	217,9	209,5	8,3	4,0%

• Materiais

As despesas de materiais tiveram um crescimento de 8,1%, ou R\$ 2,1 milhões, em 2021, devido, principalmente, à elevação de 6,9% nos custos dos materiais de tratamento de água e esgoto. O fator preponderante nesse item foi o aumento da cotação do dólar, que impactou o custo do cloro e do sulfato de alumínio. Houve, ainda, baixa disponibilidade global de ácido sulfúrico, insumo basilar na cadeia produtiva do sulfato de alumínio e produtos correlatos.

Despesas de Materiais R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Material de Tratamento	19,8	18,6	1,3	6,9%
Outras Despesas de Materiais	8,1	7,3	0,8	11,0%
Total	28,0	25,9	2,1	8,1%

• Energia

Como já abordado, a energia elétrica teve um aumento de 32,3%, em 2021.

Entre os fatores que impulsionaram essa elevação, estão os reajustes tarifários ocorridos em agosto de 2020, de 8,02%, conforme a Resolução Homologatória nº 2.749 de 6 de agosto de 2020, e, em agosto de 2021, de 6,89%, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.918 de 3 de agosto de 2021, para indústrias e clientes atendidos com alta tensão.

Importante destacar que o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, o qual concedia, no § IV, redução na tarifa de uso do sistema de distribuição e na tarifa de energia aplicável à unidade consumidora classificada como de serviço público de água, esgoto e saneamento, foi alterado pelo Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em 20% ao ano, extinguindo o benefício em 5 anos.

Despesa de Energia R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Energia elétrica	125,3	94,8	30,6	32,3%
Total	125,3	94,8	30,6	32,3%

• Serviços de terceiros sem energia

As despesas de serviços de terceiros tiveram um crescimento de 11,8%, ou R\$ 23,4 milhões, em 2021, devido a dois fatores principais:

- Crescimento de 19,6% nos custos de serviços de operação de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Crescimento de 77,1% nos serviços de conservação e manutenção de bens administrativos.

Despesas de Serviços de Terceiros sem Energia R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Serviços de Operação de Sistemas	76,0	63,5	12,5	19,6%
Serv. Conservação/ Manutenção Bens Administrativos	25,5	14,4	11,1	77,1%
Outras Despesas de Serviços de Terceiros	119,3	119,5	-0,2	-0,2%
Total	220,8	197,4	23,4	11,8%

• Despesas Gerais

As despesas gerais tiveram um aumento de 47,1%, ou R\$ 3,9 milhões, em 2021, decorrente, principalmente, do crescimento de 169,7% das despesas com indenizações por danos a terceiros em ações judiciais.

Despesas Gerais R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Indenização por Danos a Terceiros	6,6	2,4	4,1	169,7%
Outras Despesas Gerais	5,6	5,9	-0,2	-3,8%
Total	12,2	8,3	3,9	47,1%

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

• Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações tiveram um crescimento de 4,8%, ou R\$ 4,4 milhões, em 2021. O fator preponderante nessa elevação foi a entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de janeiro a dezembro de 2021, no montante de R\$ 293,5 milhões (líquido dos créditos tributários do PIS/COFINS).

Depreciações e Amortizações R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Depreciações e Amortizações	96,0	91,6	4,4	4,8%
Total	96,0	91,6	4,4	4,8%

• Perdas no Recebimento de Tarifas

No exercício de 2021, a Cesan reconheceu como perda efetiva o valor de R\$ 44,4 milhões de créditos a receber de clientes.

Perdas no Recebimento de Tarifas R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Perdas no Recebimento de Tarifas	44,4	44,4	0,0	0,0%
Total	44,4	44,4	0,0	0,0%

• Despesas Fiscais, Tributárias e Provisões Judiciais

Foi registrado, no ano, um aumento de 47,5%, com destaque para Provisão para Processos Trabalhistas.

Despesas Fiscais, Tributárias e Provisões Judiciais - R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Fiscais e Tributárias - Principal	5,8	6,2	-0,4	-5,8%
Fiscais e Tributárias - Juros	0,2	4,1	-4,0	-95,8%
Provisões Judiciais	26,4	11,6	14,7	126,7%
Total	32,4	21,9	10,4	47,5%

• Outras Despesas Operacionais

Em 2021, a Cesan reconheceu R\$ 5 milhões, contra R\$ 1,2 milhões em 2020. A maior parte, R\$ 4,7 milhões, foi devido à baixa de hidrômetros após realização de inventário de ativos, e o restante foi em função de ocorrência de incêndio, conforme o processo de sinistro 2021.013827.

Outras Despesas Operacionais R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Outras Despesas Operacionais	5,0	1,2	3,8	320,2%
Total	5,0	1,2	3,8	320,2%

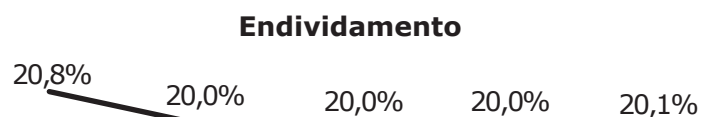
EBITDA

A margem EBITDA ficou em 29%, um decréscimo de 3,6 pontos percentuais em relação a 2020. Esse resultado foi impactado, principalmente, pelo aumento dos custos de operação, em especial energia elétrica.

EBITDA R\$ milhões	2021	2020	Variação (21/20)	
			R\$	%
Receita Líquida	939,1	881,6	57,5	6,5%
Despesas de Exploração ou Despesas Controláveis	666,6	594,0	72,6	12,2%
EBITDA	272,5	287,6	-15,2	-5,3%
Margem EBITDA%	29,0%	32,6%		-3,6 p.p.

ENDIVIDAMENTO

O Índice de endividamento geral em 2021 foi de 20,1%, contra 20,0% em 2020.

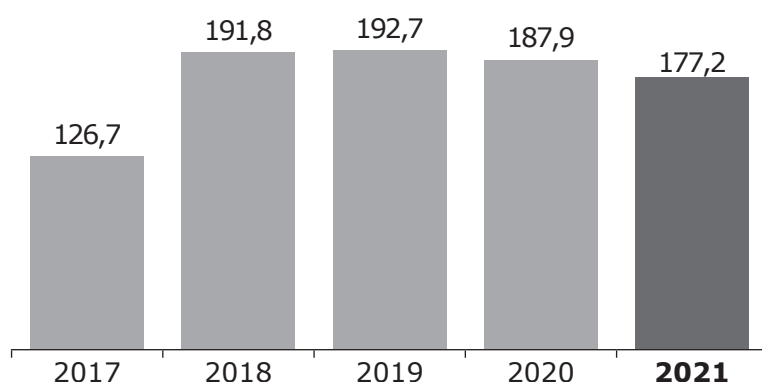


2017 2018 2019 2020 2021

RESULTADO

O lucro líquido da Cesan em 2021 foi de R\$ 177,2 milhões, o que ratifica os resultados econômicos e financeiros da Cesan elencados neste relatório. Mesmo diante de um cenário desafiador, a Companhia manteve, por meio de uma gestão comprometida, com foco nos resultados e bem-estar social, a capacidade de auferir bons resultados.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2021	31.12.2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	234.049	268.188	Fornecedores	13	68.867	46.923
Créditos e contas a receber de usuários	5	152.190	146.971	Empréstimos e financiamentos.....	14	13.192	13.888
Estoques de materiais .		7.415	4.681	Direito de uso arrendamento mercantil.....	12	1.741	3.191
Impostos a recuperar..	6	7.137	8.058	Juros sobre capital próprio.....	23	82.375	87.973
Adiantamentos e convênios	7	5.485	4.580	Participação de empregados.....	23	12.708	7.913
Total do ativo circulante		406.276	432.478	Contribuições para FAECES	18	0	482
Não circulante				Não circulante			
Créditos e contas a receber de usuários	5	16.003	21.476	Impostos e contribuições a recolher	15	12.411	10.838
Adiantamento e convênios	7	3.983	3.488	Salários e encargos a pagar.....	16	40.295	41.970
Impostos a recuperar..	6	11.176	10.780	Provisões para demandas judiciais	17	59.698	38.675
Depósitos judiciais.....	17	87.401	77.047	Outras contas a pagar.	-	10.672	9.386
Contas a receber de partes relacionadas.....	18	14.703		Total do passivo circulante		301.959	261.239
Contratos indenizáveis	11	164.259	144.208	Não circulante			
Direito de uso arrendamento mercantil.....	12	2.792	4.738	Fornecedores	13	816	816
Investimentos		95	95	Empréstimos e financiamentos.....	14	205.105	202.669
Imobilizado.....	9	31.225	29.053	Direito de uso arrendamento mercantil.....	12	1.052	1.547
Intangível.....	10	3.141.073	2.884.437	Impostos diferidos	8	5.568	6.510
Total do ativo não circulante		3.472.710	3.175.322	Provisões para demandas judiciais	17	13.554	26.174
Total do ativo				Total do passivo não circulante			
		3.878.986	3.607.800			478.687	461.111
				Patrimônio líquido			
				Capital social		2.885.395	2.704.062
				Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	26.654	2.120
				Reserva de lucros	-	186.291	179.268
				Total do patrimônio líquido		3.098.340	2.885.450
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido ...			
		3.878.986	3.607.800			3.878.986	3.607.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita operacional líquida	24	939.070	881.626
Custos dos serviços de abastecimento de água.....	-	(277.710)	(237.246)
Custos dos serviços de esgoto.....	-	(147.859)	(133.166)
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto.....	-	(107.881)	(98.833)
Custo dos serviços prestados	25	(533.450)	(469.245)
Lucro bruto		405.620	412.381
Despesas comerciais.....	27	(104.414)	(106.817)
Despesas administrativas.....	28	(112.689)	(106.147)
Participação dos empregados.....	24	(12.256)	(7.544)
Resultados dos serviços de construção.....	12	4.384	2.917
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas.....	30	(22.644)	(6.003)
		(247.619)	(223.594)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos		158.001	188.787
Resultado financeiro.....	26	28.219	8.740
Resultado antes dos impostos		186.220	197.527
Contribuição social.....	30	(9.067)	(9.629)
Lucro líquido do exercício		177.153	187.898
Lucro por ação		0,06	0,09

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.***DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido do exercício	177.153	187.898
Reserva de reavaliação.....	6.358	6.894
Reversão da provisão reserva de reavaliação.....	(572)	(620)
Ganhos e perdas atuariais CPC-33.....	30.320	(44.045)
Resultado abrangente total	213.259	150.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Inc. Fiscais	Investimentos	Legal	Reavaliação		
Saldos 1º de janeiro de 2020		2.519.733	13.733	96.917	59.364	52.439	-	2.742.186
Aumento de capital		87.411		-	-	-	-	87.411
Absorção de reserva		96.918		(96.918)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício...		-		-	-	-	187.898	187.898
Realização da reserva de reavaliação		-		-	-	(6.274)	6.274	-
Ajuste reserva de reavaliação períodos anteriores.....		-		-	-	(44.045)	-	(44.045)
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação		-		-	-	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial		-		-	-	-	-	-
Destinação do lucro								
Constituição da reserva legal	23	-		-	9.395	-	(9.395)	-
Constituição da reserva de investimento.....	23	-		92.893	-	-	(92.893)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	23		3.884				(3.884)	
Juros sobre capital próprio.	23	-		-	-	-	(88.000)	(88.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.704.062	17.617	92.892	68.759	2.120	-	2.885.450
Saldos 1º de janeiro de 2021		2.704.062	17.617	92.892	68.759	2.120	-	2.885.450
Aumento de capital		87.817		-	-	-	-	87.817
Absorção de reserva		93.516	(623)	(92.893)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício ..		-		-	-	-	177.153	177.153
Realização da reserva de reavaliação		-		-	-	(5.786)	5.786	-
Ajuste avaliação patrimonial		-		-	-	30.320		30.320
Destinação do lucro								
Constituição da reserva legal	23	-		-	8.858	-	(8.858)	-
Constituição da reserva de investimento.....	23	-		87.764	-	-	(87.764)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	23		3.917				(3.917)	
Juros sobre capital próprio.	23	-		-	-	-	(82.400)	(82.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.885.395	20.911	87.763	77.617	26.654	-	3.098.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	177.153	187.898
Ajustes do resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	96.048	91.641
Resultado na alienação de imobilizado	2.212	(395)
Provisões	29.952	21.122
Participação dos empregados	12.257	7.544
Resultado de construção	(4.384)	(2.917)
Outras receitas não monetárias	(1.351)	(642)
	311.887	304.251
Redução/(aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	1.052	(1.029)
Estoque de material	(2.733)	770
Despesas antecipadas	(1.399)	(3)
Impostos a recuperar	524	(1.586)
Reemb. plano previd	(14.703)	-
	(27.613)	(5.149)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	21.944	3.844
Salários, férias e encargos sociais	(1.674)	7.188
Impostos e contribuições	630	1.542
Contribuições à FAECES	(30.802)	(5.728)
Outros	(21.062)	(40.177)
	(30.964)	(33.331)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	253.310	265.771
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(351.333)	(285.431)
Contratos de concessões indenizáveis	(20.051)	29.443
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(371.384)	(255.988)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Obtenção empréstimo bancário	15.666	8.420
Amortização empréstimo bancário	(13.926)	(14.652)
Crédito de acionistas	93.574	20.868
Participação de empregados	(7.462)	(12.963)
Subvenções para investimentos	(3.917)	(3.883)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	83.935	(2.210)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(34.139)	7.573
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	268.188	260.615
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	234.049	268.188
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(34.139)	7.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**
(Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Geração do valor adicionado		
Receita líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto	939.070	881.626
PIS/Cofins	98.349	91.174
Receita bruta dos serviços de abastecimento de água e esgoto	1.037.419	972.800
Outras receitas.....	10.154	8.011
Provisões diversas	(26.384)	(11.638)
Resultados não operacionais	(2.312)	325
	1.018.877	969.498
Geração do valor adicionado		
Materiais consumidos.....	(27.964)	(25.877)
Serviços consumidos e outros custos.....	(220.780)	(197.412)
Energia e outras despesas operacionais	(137.540)	(103.068)
	(386.284)	(326.357)
Retenções		
Depreciação e amortização	(96.048)	(91.641)
	(96.048)	(91.641)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia.....	536.545	551.500
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos de investimentos avaliados ao custo	-	-
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	47.110	22.801
Aluguéis.....	282	216
	47.392	23.017
Valor adicionado total a distribuir.....	583.937	574.517
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Salários e encargos.....	170.504	162.658
Participação dos empregados nos lucros.....	12.257	7.544
Planos de aposentadoria e pensão	230	3.188
Assistência médica e odontológica	3.678	4.282
	186.669	177.672
Governo	156.856	150.514
Financiadores.....	63.259	58.433
Acionistas.....	82.400	88.000
Lucros retidos	94.753	99.898
	583.937	574.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com sede na cidade de Vitória - ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282/1967, e regulamentada pelo Decreto nº 4.809/1993 e alterada pelas Leis nºs 2.295/1967, 9.772/2011 e 10.478/2015.

A Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, sediada em Vitória, sendo seu acionista controlador, o Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante contratos de concessão e contrato de programa com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, podendo atuar no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos

sólidos. Ainda, a Cia tem autorização para participar de bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador atual, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que detém a concessão. Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atuava em 53 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 948.537 economias em abastecimento de água e 572.493 economias em esgotamento sanitário. As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término Concessão
	Nº de Economias		Nº de Economias		
	2021	2020	2021	2020	
Vila Velha	194.334	189.451	111.706	106.239	26/02/2046
Serra	169.634	163.898	139.910	134.351	26/06/2043
Vitória.....	147.051	143.832	124.614	125.061	21/03/2049
Cariacica	118.421	116.056	50.399	48.295	24/06/2048
Guarapari	69.057	66.682	47.054	44.277	26/12/2047
Viana	19.130	18.208	9.116	8.894	24/06/2048
Piúma	14.370	14.132	8.632	8.501	10/10/2022
Nova Venécia	14.200	13.889	4.320	4.217	20/07/2039
Castelo	11.885	11.743	10.119	9.975	06/07/2048
Barra de São Francisco.....	11.200	11.015	3.720	3.671	21/11/2039
Outros	179.255	175.517	62.903	58.554	
Total	948.537	924.423	572.493	552.035	

2. BASE DE PREPARAÇÃO**a. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão apresentadas

nesta seção. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada para emissão pela Administração da Companhia em de 14 de Fevereiro de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e os financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos,

estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas:

- **Nota Explicativa nº 04** – Caixa e Equivalente de Caixa
- **Nota Explicativa nº 05** – Créditos e contas a receber de usuários;
- **Nota Explicativa nº 09** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 10** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 11** – Contrato de concessões indenizáveis;
- **Nota Explicativa nº 12** – Arrendamento Mercantil
- **Nota Explicativa nº 14** – Empréstimos e Financiamentos
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisões e passivos contingentes
- **Nota Explicativa nº 18** – Plano de Benefícios
- **Nota Explicativa nº 19** – Créditos de Acionistas
- **Nota Explicativa nº 22** – Partes Relacionadas
- **Nota Explicativa nº 24** – Receitas

d. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia realiza seu planejamento com premissas de continuidade de suas atividades operacionais e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

e. Novo Marco Legal do Saneamento Básico

O novo marco regulatório do saneamento básico, introduzido por meio da Lei nº 14.026/2020, traz algumas relevantes inovações, dentre elas, a previsão da obrigatoriedade dos contratos estipularem metas de desempenho e de universalização dos serviços; a adoção do princípio da regionalização dos serviços de saneamento, promoção de mudanças substanciais na sua regulação; e ainda o estímulo a concorrência e a privatização das empresas estatais de saneamento, entre outras.

A nova Lei tem como objetivo atrair investimentos privados e assim permitir o aumento gradual do processo de desestatização do setor. Impõe aos titulares dos

serviços a necessidade de celebração de contrato de concessão, mediante licitação, para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular (novo art. 10 da Lei nº 11.445/2007).

É uma mudança de paradigma: a lei prevê agora a obrigatoriedade de concorrência para a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação dos serviços de saneamento básico, obrigando, a princípio, as empresas estatais do setor a competir em igualdade de condições com as empresas privadas por esses contratos.

A nova Lei também ampliou substancialmente a competência da Agência Nacional de Águas (ANA). Agora, além dos recursos hídricos, passa a estabelecer diretrizes para a regulação do saneamento básico como um todo, por meio da edição normas de referência (arts. 1º e 3º da Lei nº 9.984/2000 e art. 25-A da Lei nº 11.445/2007). Com efeito, o art. 4-A, § 1º, da Lei nº 9.984/2000 dispõe que compete à ANA estabelecer normas de referência sobre diversas questões, como padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico, regulação tarifária dos serviços, metas de universalização dos serviços, entre outras.

Por fim, vale ainda destacar que o novo marco do saneamento básico no Brasil, sancionado em julho de 2020, tem como uma de suas principais metas garantir que, até 2033, 99% da população tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto.

f. Microrregião de Águas e Esgoto do Espírito Santo

Em 14/07/2021, através da Lei Complementar Estadual nº 968/2021 foi instituída a Microrregião de Águas e Esgoto no Estado do Espírito Santo e sua respectiva estrutura de governança que terá, entre outros, objetivos como aprovar metas de interesse regional e apreciar planos, projetos e programas públicos ou privados relativos à realização de obras. A medida atende a uma exigência feita pelo novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (MRSB), que foi aprovado em 2020 e dava aos estados prazo até 15 de julho para criarem sua regionalização.

A estrutura de governança se dará pelo Colegiado Regional - entidade máxima da autarquia-, que será presidido pelo governador e terá a participação do prefeito de cada cidade da região (ou indicado por ele) e de membro do Executivo.

Há também o Comitê Técnico, composto por três representantes do Estado e por oito municipais; Conselho Participativo, que terá nove membros da sociedade civil, um dos sindicatos e um da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes). Está prevista também a criação do cargo de secretário-geral.

O texto descreve as atribuições para cada um dessas entidades deliberativas, com destaque para o Colegiado Regional, que, além de eleger o secretário-geral,

terá o poder de autorizar a prestação direta ou indireta de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município sem prejudicar a microrregião, entre outros.

Já o Comitê Técnico terá a finalidade de criar câmaras temáticas, apreciar com antecedência as matérias que constam na pauta das reuniões do Colegiado Regional e assegurar a manifestação do Conselho Participativo, órgão que, por sua vez, terá, entre outras, a prerrogativa de convocar audiências públicas para debater matérias dentro de sua atuação.

A Lei Complementar cria ainda duas Câmaras Técnicas temáticas temporárias, uma de prestação regionalizada e outra de prestação direta ou delegada. Ambas terão representação paritária do Estado e do município.

g. Comprovação de Capacidade Econômica- Financeira

A Cesan em 30 de dezembro de 2021, protocolou junto a agência reguladora requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira, acompanhado de toda a documentação exigida pela Lei 14.026/2020 e regulamentada pelo Decreto 10.710/2021, em seus artigos 10 e 11.

Cabe destacar que a Cesan apresentou comprovação dos indicadores econômico-financeiros do grupo econômico a que pertence atendem aos seguintes referenciais mínimos:

- I - índice de margem líquida sem depreciação e amortização superior a zero;
- II - índice de grau de endividamento inferior ou igual a um;
- III - índice de retorno sobre patrimônio líquido superior a zero; e
- IV - índice de suficiência de caixa superior a um.

Que o estudo de capacidade econômica-financeira foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, sendo o certificador independente a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDAACE), onde foi comprovado a capacidade da Companhia em atingir as metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

h. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis inclusive nas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

b. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaçamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

c. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem: contas a pagar a fornecedores; outras contas a pagar; empréstimos e financiamentos; e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber

De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$15 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na Rubrica "Despesas comerciais".

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão adicional sobre todos os títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) contabilizados de acordo com o ICPC 01, quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados na construção ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e não recuperados pela tarifa definida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP, por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante conforme detalhado na Nota nº 11, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

f. Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007- Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou

seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Lei 14.0226/2020 que alterou a Lei 11.445/2017 vedou a celebração de novos Contratos de Programa entre as Empresas de Economia Mista ou Públicas de com o poder concedente sem processo licitatório.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	2021 - 2020	
	Anos	%
Edificações e estruturas.....	25	4
Móveis e utensílios.....	10	10
Veículos e equipamentos de transporte	5	20
Máquinas e equipamentos.....	10	10
Equipamentos - laboratório	10	10
Computadores e periféricos.....	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo imobilizado, foram revisadas ao final do exercício de 2021, não sendo necessário ajustes.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é então estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

i. Contas a pagar aos fornecedores

A conta "fornecedores" refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k. Provisões para riscos cíveis, tributária, trabalhistas e ambiental

A Companhia reconhece as provisões classificadas como perda provável para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais de acordo com o CPC 25. A avaliação da classificação das probabilidade de perda e saídas futuras de caixa são realizadas por nossa assessoria jurídica baseada na fase processual de cada ação, legislações vigentes no país, jurisprudências disponíveis e decisões mais recentes pelos tribunais competentes.

A administração da companhia embasa na opinião de seus assessores jurídicos acredita que as provisões

reconhecidas, são necessárias e adequadas com base situação dos processos judiciais e legislações em vigor no país.

I. Tributação

Impostos sobre Lucro

Através da Ação Cível Ordinária nº 2.730 transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017 foi concedido a Imunidade Tributária Recíproca para a CESAN conforme artigo 150 alínea "a" da Constituição Federal, sobre os impostos de competência da União, exceção a Contribuição Social. Desta forma, a tributação sobre a renda compreende apenas a contribuição social corrente e diferida.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia entende que em observância ao ICPC 22, todos os reconhecimentos tributários efetuados na contabilidade e na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento por parte das autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

Impostos diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas sobre serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributos	Alíquota %
PIS	1,65
Cofins	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos de-

correntes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

m. Contratos de concessão

A Companhia desenvolve várias ações para manutenção dos Contratos de Programa de acordo com a Lei 11.445/2007, tais como participação em audiências públicas, reuniões com as Câmaras, Prefeituras, elaboração e revisão de instrumentos jurídicos, inclusive prestando apoio técnico na revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) junto aos Municípios que detêm a concessão.

Dos 53 municípios sob concessão da CESAN, 46 possuem Contrato de Programa assinado de acordo com a Lei 11.445/2007 com prazo de vencimento entre 2033 e 2050; 03 (Laranja da Terra, Pinheiros e Presidente Kennedy) estão com Contratos de Concessão vencidos, todavia, com a continuidade da prestação dos serviços; 01 (Montanha) está com a lei autorizativa aprovada e publicada, no entanto, a falta de aprovação do plano municipal de saneamento básico, inviabilizou a celebração de Contrato de Programa sem prévio procedimento licitatório, conforme Lei Federal 14.026/2020.

Os municípios de Ponto Belo e Mucurici (com contratos de concessão em vigor até 2022) tiveram os projetos de lei para renovação da concessão por mais 30 anos rejeitados pelas Câmaras municipais no exercício de 2019. O município de Piúma instituiu a lei municipal nº 2.348/2019 que em seu artigo nº 54 determinou que o contrato de concessão existente perderá sua vigência na data de seu vencimento (10/10/2022).

O prazo referencial de validade dos Contrato de Programa é de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2021, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP-ES e é revisto anualmente (normalmente no mês de agosto), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, mediante mecanismos que tanto induzam a eficiência e eficácia dos serviços, quanto permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade, considerando tanto os custos e despesas, além da remuneração dos investimentos e ativos em operação, na forma da Lei nº 11.445/07.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, por meio de tarifa, tendo por base o volume de água consumido e de esgoto coletado, multiplicado pelo valor do m3 fixado pela ARSP-ES.

n. Contratos de Arrendamento Mercantil

Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade

A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções, (i) reconhecimento de arrendamentos de ativos de "baixo valor" e (ii) arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

o. Reajuste Tarifário

Na data de 19/08/2021 a ARSP-ES publicou a Resolução nº 051/2021 autorizando o reajuste nas tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 9,0% a partir de 01 de outubro de 2021.

p. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada para seus empregados, o Plano de Benefício Definido (BD) e o Plano de Contribuição Definido (Plano II).

Relativamente aos benefícios oferecidos aos empregados, a empresa segue as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis nº 33 (R1), o qual estabelece e torna obrigatório o reconhecimento oriundo dos benefícios oferecidos aos empregados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar

todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas "Participação de Empregados", no passivo circulante, e "Participação dos Empregados", no resultado.

q. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

r. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

s. Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado pelo regime de competência e de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no curso normal das atividades da Companhia por ciclos mensais de faturamento, não existindo etapas contratuais na execução dos serviços prestados.

A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. As receitas de serviços não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a re-

ceita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

t. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

u. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na Rubrica “Despesas Financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

v. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, com a Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, desde que haja com essas empresas e órgãos públicos, relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras. As operações com partes relacionadas foram praticadas pela administração da companhia nas mesmas condições de mercado conforme pratica com os demais clientes.

w. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

x. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram emitidas novas normas, alterações e interpre-

tações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante:

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020

Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 16

Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso:

Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 3

Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17

Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 4

Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis:

Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis:

Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:

Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	66	64
Bancos - conta movimento ..	19.657	12.425
Aplicações financeiras de curto prazo	66.714	122.789
Total.....	86.437	135.278

	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações financeiras - livre movimentação		
Caixa Econômica Federal	38.093	83.410
Banestes	28.621	39.379
Total.....	66.714	122.789

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia classificou seus títulos e depósitos vinculados como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

e sujeitos a um insignificante atividade, em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs que são títulos de renda fixa, cuja remuneração risco de mudança de valor.

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade operacional, baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam em média de 98,0% do Fundo DI.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

Depósitos Vinculados

A Companhia mantém depositado no Banestes e Caixa Econômica Federal recursos destinados à execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e outras obrigações conforme quadro a seguir:

**Aplicações Financeiras-
Depósitos Vinculados**

	31.12.2021	31.12.2020
Convênios Funasa x Gov. Estado	695	2.255
Contas reservas - obras financiadas CEF.....	3.336	3.402
Conta reserva Banco do Nordeste	100	97
Conta reserva PPPs.....	10.358	9.518
Conta vinculada PPPs	2.797	1.426
Programa Águas e Paisagem	2.688	2.577
Contrapartida BNDES - Águas e Paisagem	1.591	14.700
Convênio Finep	268	272
Governo Estado para obras diversas	125.356	98.256
Bloqueios judiciais	423	407
Total.....	147.612	132.910

5. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários.....	243.018	16.003	259.021	191.913	21.476	213.389
Valores a receber de parte relacionada	2.695	-	2.695	3.141	-	3.141
Consumo não faturado	41.858	-	41.858	42.788	-	42.788
Total Contas a Receber	287.571	16.003	303.574	237.842	21.476	259.318
Arrecadação a discriminar.....	(4.476)		(4.476)	(3.901)		(3.901)
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.....	(130.905)		(130.905)	(86.970)		(86.970)
	(135.381)		(135.381)	(90.871)		(90.871)
	152.190	16.003	168.193	146.971	21.476	168.447

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água e esgoto cujo vencimento é superior a 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31.12.2021		31.12.2020	
Valores a faturar	41.858	13,8%	42.788	14,1%
Valores faturados				
A vencer (circulante + não circulante)	88.407	29,1%	93.233	30,7%
Total a receber vincendos	130.265		136.021	
Vencidos até 30 dias.....	27.720	9,1%	25.269	8,3%
Vencidos de 31 a 60 dias	13.261	4,4%	13.111	4,3%
Vencidos de 61 a 90 dias	8.524	2,8%	8.349	2,8%
Vencidos de 91 a 120 dias.....	7.296	2,4%	6.658	2,2%
Vencidos de 121 a 150 dias.....	6.335	2,1%	5.969	2,0%
Vencidos de 151 a 180 dias.....	6.114	2,0%	5.918	1,9%
Vencidos acima de 180 dias.....	104.059	34,3%	58.023	19,1%
	173.309		123.297	
Total.....	303.574	100%	259.318	100%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 44.733 (R\$ 49.460 em 31 de dezembro de 2020) como provisão para perdas.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo final do período anterior	86.970	38.501
Provisão para perdas de contas a receber	44.733	49.460
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.....	(798)	(991)
Saldo final do período corrente	130.905	86.970

Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD): a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento individualizado.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla negatização do cliente nos órgãos de proteção ao crédito e interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de todas as classes de consumidores vencidos há mais de 180 dias. A Companhia constitui provisão adicional para perdas a partir do vencimento individualizado de cada fatura de cliente que possua valores a receber vencidos a mais de 180 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada em nota explicativa específica.

5.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber oriundo de faturas de água e esgoto com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Órgãos Públicos Estaduais.....	2.632	2.939
Município da Serra.....	63	202
Total	2.695	3.141

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

O valor da Contribuição Social reconhecido no passivo não circulante quando correspondem a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e pronunciamentos contábeis vigentes.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>		<u>Líquidos</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas de clientes - PDD Gerencial.....	31.474	30.675			31.474	30.675
Contingências trabalhistas e cíveis	54.801	46.397			54.801	46.397
Reserva de reavaliação.....			(126.129)	(132.484)	(126.129)	(132.484)
Pronunciam. CPC x Legisl. Tributária	(22.008)	(16.924)			(22.008)	(16.924)
Base - diferença temporária.....	64.267	60.148	(126.129)	(132.484)	(61.862)	(72.336)
Base - diferença temporária.....	5.784	5.413	(11.352)	(11.924)	(5.568)	(6.510)
Impostos ativos (passivos)	5.784	5.413	(11.352)	(11.924)	(5.568)	(6.510)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto de renda antecipado	11.175	10.780
Contribuição social antecipada (a)	36	42
CSL base negativa	2.289	3.414
Cofins antecipado Lei nº 9.430/96.....	303	296
PIS Lei nº 9.430/96	2	1
Contribuições previdenciárias	3.128	2.979
Taxas de domínio - DNIT	1.380	1.326
Total	18.313	18.838
Circulante.....	7.137	8.058
Não circulante.....	11.176	10.780
	18.313	18.838

a) Os valores da Contribuição Social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada em nota explicativa específica.

7. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Adiantamento a fornecedores.....	153	163
Adiantamento a empregados	7.934	6.518
Créditos de órgãos públicos .	47	96
Depósitos Plano II - Faeces - Empreg.Desligados	1.212	1.109
Prêmios de seguros	122	182
	9.468	8.068
Circulante.....	5.485	4.580
Não circulante.....	3.983	3.488
	9.468	8.068

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Movimento em diferenças temporárias durante o ano:

	Saldo em 31.12.2020	Reconhecimento apuração do tributo	31.12.2021
Reserva de reavaliação.....	(11.924)	(572)	(11.352)
Diferenças temporárias	5.414	(370)	5.784
	(6.510)	(942)	(5.568)

9. IMOBILIZADO

9.1. Composição dos saldos

		31.12.2020		31.12.2021	
		Taxas anuais depreciação	Total líquido	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos.....	-	3.844	3.884	-	3.884
Edificações e estruturas.....	4%	10.467	24.767	(13.667)	11.100
Móveis e utensílios.....	10%	1.996	10.677	(7.393)	3.284
Veículos equip. transportes	20%	5.175	19.419	(15.679)	3.740
Máquinas e equipamentos.....	10%	4.005	17.001	(12.891)	4.110
Computadores e periféricos.....	20%	3.565	26.906	(21.798)	5.107
Total		29.053	102.653	(71.429)	31.225

9.2. Movimentação

	2020			2021			
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Terrenos.....	3.844	-	-	3.844	111	(72)	3.884
Edificações e estruturas.....	23.364	383	-	23.747	1.641	(621)	24.767
Móveis e utensílios.....	8.791	154	(16)	8.929	1.757	(10)	10.677
Veículos equip. transportes	22.716	283	(3.580)	19.419	-	-	19.419
Máquinas e equipamentos.....	14.390	2.176	(68)	16.498	1.020	(518)	17.001
Computadores e periféricos.....	20.925	3.213	(133)	24.006	2.904	(4)	26.906
Subtotal	94.031	6.209	(3.796)	96.444	7.433	(1.224)	102.653
Depreciação acumulada.....	(65.641)	(5.528)	3.777	(67.391)	(5.123)	1.086	(71.429)
Total	28.391	682	(19)	29.053	2.310	(138)	31.225

10. INTANGÍVEL

10.1. Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento.

	31.12.2020			31.12.2021	
	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Ajuste a valor recuperável	Valor líquido
Ativos da concessão.....	2.247.379	3.719.854	(1.129.427)	(184.862)	2.405.565
Intangível em andamento.....	624.177	723.808	-	-	723.808
Software	12.880	92.140	(80.440)	-	11.700
Total	2.884.437	4.535.803	(1.209.867)	(184.862)	3.141.073

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2021, no total de R\$ 723.808 refere-se em obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 149.487; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 463.033; R\$ 24.192 em materiais para aplicação em obras e R\$ 87.096 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Capitalização de juros e encargos financeiros

Os juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos de ativos durante a fase de construção são apropriados no custo dos empreendimentos na conta de obras em andamento até a sua conclusão. Assim que o empreendimento é concluído os juros e encargos passam a ser contabilizados como despesas financeiras.

No exercício findo em 31/12/2021 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de R\$ 8.123 (R\$ 4.482 no exercício 2020).

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato.

10.2. Movimentação

Intangível	2020					
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Amortização acumulada	Ajuste a valor recuperável	Saldo em 31.12.2020
Ativos da concessão líquidos	2.115.375	274.127	(74.609)	(94.102)	26.587	2.247.379
Intangível em andamento	557.980	263.386	(197.189)	-	-	624.177
Software	13.999	4.617	-	(5.736)	-	12.880
Total	2.687.355	542.130	(271.797)	(99.838)	26.587	2.884.437

Intangível	2021					
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste a valor recuperável	Saldo em 31.12.2021
Ativos da concessão líquidos	2.247.379	313.701	(93.715)	(41.586)	(20.214)	2.405.565
Intangível em andamento	624.177	378.751	(279.120)	-	-	723.808
Software	12.880	2.509	-	(3.689)	-	11.700
Total	2.884.437	694.961	(372.835)	(45.276)	(20.214)	3.141.073

Em dezembro de 2021 a Companhia realizou baixas de ativos, mais especificamente de Hidrômetros, no valor de custo R\$ 60.689 e respectiva depreciação acumulada no valor de R\$ 56.014, que refletiu em R\$ 4.675 em despesas no resultado do período, este fato contribuiu para variação do saldo de depreciação acumulada do período atual em relação ao período anterior. As referidas baixas foram decorrentes do resultado do inventário dos bens patrimoniais para fins de composição da Base de Remuneração Regulatória BRR integrante do processo de Revisão Tarifária implementado pela ARSP-ES (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo) concluído neste exercício.

11. CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 164.259 (R\$ 144.208 em 31 de dezembro de 2020) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construí-

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

dos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas de construção	31.745	21.126
(-) Custos de construção	27.361	18.209
(=) Receita de construção líquida	4.384	2.917

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

12. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivo de arrendamento, gerando o seguinte impacto:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativos de direito de uso	2.792	4.738
Passivo de arrendamento.....	2.792	4.738

O preço específico mensal do contrato será reajustado anualmente, tomando-se por base a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Em 31 de dezembro de 2021, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos de 6,92%.

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento mercantil de direito de uso:

a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial 1º Janeiro 2021	2.520	2.218	4.738
Adições	479	-	479
Remensurações	-	-	-
Depreciação	(962)	(1.463)	(2.425)
Saldos em 31 de dezembro 2021	2.037	755	2.792

b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial 1º Janeiro 2021	2.520	2.218	4.738
Adições	479	0	479
Remensurações	0	0	0
Contraprestação Principal ..	(962)	(1.463)	(2.425)
Contraprestação Juros.....	(142)	(53)	(195)
Juros	142	53	195
Saldos em 31 de dezembro 2021	2.037	755	2.792
Passivo circulante.....	986	755	1.741
Passivo não circulante ..	1.052	0	1.052

a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial 1º Janeiro 2020	817	-	817
Adições	2.219	2.218	4.437
Remensurações	-	-	-
Depreciação.....	(516)	-	(516)
Saldos em 31 de dezembro 2020	2.520	2.218	4.738

b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial 1º Janeiro 2020	817	-	817
Adições	2.219	2.218	4.437
Remensurações	-	-	-
Contraprestação Principal ..	(516)	0	(516)
Contraprestação Juros.....	(253)	(97)	(350)
Juros	253	97	350
Saldos em 31 de dezembro 2020	2.520	2.218	4.738
Passivo Circulante	1.291	1.900	3.191
Passivo não circulante ..	1.229	318	1.547

Expectativa de inflação futura

<u>Ano</u>	<u>Valor %</u>
2021.....	10,20
2022.....	5,00
2023.....	3,50

Fonte: Relatório de inflação - Banco Central do Brasil dezembro de 2021 - IPCA Mediana - Agregado

13. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores de materiais ..	9.585	10.785
Fornecedores de serviços....	60.098	36.138
Total	69.683	46.923
Circulante.....	68.867	46.107
Não circulante.....	816	816
	69.683	46.923

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional						
CEF (a)	12.948	179.222	192.170	13.766	176.481	190.247
Banco do Nordeste (b)	244	2.563	2.807	122	2.868	2.990
BNDES (c)	-	23.320	23.320	-	23.320	23.320
Total	13.192	205.105	218.297	13.888	202.669	216.557

a) Caixa Econômica Federal – formado por 37 contratos, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2041. As taxas de juros dos contratos variam de 6,00% a 8,00% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

"O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irreatável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administra-

ção e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora."

b) Banco do Nordeste do Brasil S/A – Contrato firmado com o objetivo de executar obras de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios cadastrados na área da SUDENE operados pela CESAN, no território do Estado do Espírito Santo.

A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do BNB o valor R\$ 7.658.

c) BNDES – Contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social para garantir recursos da contra partida para as obras do Programa Águas das Paisagens.

Obrigações Especiais da Beneficiária relativas ao Desempenho Financeiro – Covenants

A cláusula nona do Contrato nº 18.2.0347.1 prevê a manutenção até a vigência do contrato de todos os índices financeiros abaixo estipulados, a serem apurados semestralmente, com base nas informações constantes nas demonstrações financeiras contábeis consolidadas.

Índice	Meta	31.12.2021	31.12.2020
EBTIDA Ajustado/Serv. Dívida Ajustado	>1,5	7,38	7,37
Dívida Líquida Ajustada+Outras Dívidas/EBTIDA Ajustado	<4,0	(0,06)	(0,18)
Definições			
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = EBTIDA/Serviço da Dívida		7,38	7,37
EBTIDA AJUSTADO = Resultado Operacional antes das despesas (receitas) financeiras, impostos (IRPJ e CSLL), acrescido da depreciação e amortização e subtraído dos Ajustes IFRS (resultado entre receitas e custos relativos à prestação de serviços de construção, acrescido das Receitas Financeiras calculadas na taxa efetiva de juros sobre os Ativos Financeiros, quando existirem)		249.664	277.511
Serviço da Dívida = Amortização de principal + pagamento de juros		33.835	37.642
Dívida líquida ajustada = Empréstimos + financiamentos + Debêntures - Caixa e Equivalentes de Caixa		(15.752)	(51.631)

Outras Dívidas = Obrigações Previdenciárias e com Plano de Assistência Médica + Parcelamento de Dívidas Tributárias + Parcelamento de dívidas com fornecedor de Energia Elétrica

1.199 898

A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do BNDES o valor R\$ 6.132.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
ISS retido na fonte	1.720	1.571
Contribuição social.....	360	
Contribuições retidas na fonte	1.191	991
PIS.....	697	696
Cofins	3.254	3.222
INSS retido na fonte	1.622	1.267
IR retido na fonte	3.567	3.091
Total	12.411	10.838

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contribuições previdenciárias a pagar	10.349	10.773
FGTS a pagar.....	3.262	3.434
Sesi/Senai a pagar	478	370
Consignações a pagar	1.668	1.697
Férias a pagar.....	18.314	17.252
13º a pagar	-	877
Licença-prêmio	6.224	7.567
Total	40.295	41.970

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**17.1. Processos com probabilidade de perda provável**

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face diante das questões judiciais nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Cível (a).....	3.726	3.563	28.414	22.626
Tributária (b)	18.441	17.821	1.199	898
Trabalhista (c).....	65.234	55.663	43.410	41.224
Ambiental.....	-	-	229	101
Total	87.401	77.047	73.252	64.849
Curto prazo	-	-	59.698	36.896
Longo prazo.....	87.401	77.047	13.554	27.953
	87.401	77.047	73.252	64.849

Movimentação dos processos judiciais

	<u>31.12.2020</u>	Adições	Baixas	<u>31.12.2021</u>
	Circulante			
Trabalhista.....	15.151	33.712	(18.778)	30.085
Tributário	898	301	-	1.199
Cível	22.626	5.788	-	28.414
Total	38.675	39.801	(18.778)	59.698
Não circulante				
Trabalhista.....	26.073	20.623	(33.372)	13.324
Ambiental.....	101	129	-	230
Total	26.174	20.752	(33.372)	13.554

Movimentação depósitos judiciais

	<u>31.12.2020</u>	Adições	Baixas	<u>31.12.2021</u>
	Não circulante			
Cível.....	3.563	163	-	3.726
Tributário	17.821	620	-	18.441
Trabalhista.....	55.663	11.516	(1.945)	65.234
Total	77.047	12.299	(1.945)	87.401

a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.;

b) A provisão tributária referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos;

c) As provisões trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas;

d) As provisões ambientais referem-se a ação judicial movida pelo Ministério Público Estadual.

17.2. Passivos Contingentes

A Companhia discute outras ações judiciais para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações, embasada na opinião de nossos assessores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento na instâncias judicial, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31.12.2021	31.12.2020
Cível.....	19.312	27.575
Trabalhista.....	45.540	49.732
Tributária	16.757	16.757
Total.....	81.609	94.064

18. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia é patrocinadora da Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan FAECES, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia e gestão de plano de saúde corporativo.

Os resultados dos investimentos para os ativos que compõem as carteiras dos planos de benefício previdenciários da FAECES, no ano de 2021, foi bem aquém do esperado pelos gestores da fundação, em função das dificuldades do mercado financeiro, especialmente para o segmento de renda variável que apresentou queda de 11,93%. Além disso a inflação medida pelo IPCA foi de 10,06% e a SELIC fechou o ano em 9,25%, com expectativa de novos aumentos em 2022, reflexo das preocupações do mercado com aumento das taxas de inflação ao redor do mundo, o aparecimento de uma nova variante da COVID e aumento do teto de gastos pelo Governo Federal com a aprovação da PEC dos Precatórios.

O plano de benefício definido apresentou rentabilidade de 5,30% ao ano, superior ao índice de referência do mercado CDI que ficou em 4,42%, porém muito abaixo da sua meta atuarial de 17,23%. Para atendimento ao normativo do Órgão Regulador da Previdência Complementar, ocorreu a redução da taxa de juros atuarial de 5,65% para 5,01% e ocorreu também o provisionamento de 100% do ativo FIP Malbec no valor de R\$ 18.724. Dessa forma, o plano de benefício definido apresentou um déficit técnico ajustado acumulado correspondente a 14,19% do total das Reservas Matemáticas, que conforme legislação vigente, deverá ser equacionado mediante

plano de equacionamento a ser elaborado em 2022 e aplicado a partir de abril de 2023.

A maioria dos planos de benefícios previdenciários administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem apresentar déficit em 2021, devido a conjuntura econômica ocasionada pela pandemia, e por isso existe um pleito da ABRAPP junto ao órgão regulador objetivando postergar ou congelar eventuais déficits apurados em 31 de dezembro de 2021.

Em Dezembro/2021 a FAECES apresentou para a CESAN o Plano de Equacionamento de Déficit referente ao exercício findo em 31/12/2020 no valor de R\$ 19.050 que reposicionado para a data 31/12/2021 foi de R\$ 22.242. Pelo plano apresentado, o equacionamento será realizado em 13,85 anos (166 meses) com início das contribuições extras a partir de 04/2022. Do valor total do déficit a ser equacionado, a parcela de responsabilidade da CESAN enquanto patrocinadora em 31/12/2021 é de R\$ 11.112.

Durante o exercício de 2021, a Fundação mantinha carteira de Plano de Aposentadoria Benefício I (a), Plano de Aposentadoria Benefício II (b).

a) Plano de Benefícios I

Os benefícios incluídos no Plano de Benefícios I, criado na modalidade de benefício definido, são os seguintes:

- **Complementação de aposentadoria por invalidez**

Será devida ao participante que se aposentar por invalidez pela previdência oficial e cumprir 24 meses de contribuição para o Plano.

- **Complementação de aposentadoria por tempo de serviço**

Cumprir carência de 10 anos de vinculação empregatícia se for participante fundador e 15 anos se for participante não fundador, completar 55 anos de idade e concessão de benefício pela previdência oficial.

- **Complementação de aposentadoria por idade**

Cumprir carência de 10 anos de vinculação empregatícia se for participante fundador e 15 anos se for participante não fundador e concessão de benefício pela previdência oficial.

- **Complementação de aposentadoria especial**

Será devida ao participante que se aposentar pela previdência oficial, cumprir a carência de 120 meses de vinculação empregatícia e atender ao requisito de idade mínima 53 anos.

- **Benefício de pensão por morte**

Será assegurada aos beneficiários do participante ativo ou assistido e consistirá na renda mensal correspondente a 75% do benefício de invalidez que o empregado ativo teria direito ou a 75% do valor da complementação para o assistido. A suplementação de pensão será rateada em parcelas iguais entre todos os beneficiários do participante.

● Pecúlio por morte

Consiste no pagamento de uma importância igual ao quántuplo da complementação que o participante ativo teria direito na data de sua morte (benefício de invalidez) ou ao quántuplo de sua complementação no caso dos assistidos.

b) Plano de Benefícios II

A CESAN, também através da FAECES, passou a oferecer a partir de fevereiro de 2006 (em substituição ao Plano de Benefícios I), um Plano de Contribuição Variável – CV, em que os beneficiários contribuem em igualdade de condições com a Companhia, no sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Isto é, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. São garantidos os seguintes benefícios:

● Complementação de aposentadoria por invalidez

Será devida ao participante que se aposentar por invalidez pela previdência oficial e cumprir 24 meses de contribuição para o Plano.

● Complementação de aposentadoria por tempo de serviço

Cumprir carência de 10 anos de vinculação ao plano, completar 55 anos de idade e concessão de benefício pela previdência oficial.

● Complementação de aposentadoria por idade

Cumprir carência de 10 anos de vinculação ao plano e concessão de benefício pela previdência oficial.

● Benefício de pensão por morte

Será assegurada aos beneficiários do participante ativo ou assistido e consistirá na renda mensal vitalícia revertida da aposentadoria conforme percentual escolhido pelo participante no ato da concessão da aposentadoria (60%, 70%, 80%, 90% ou 100%).

● Pecúlio por morte

Consiste no pagamento de Pecúlio em parcela única e corresponderá a 5 vezes o valor da aposentadoria pago pela FAECES.

Segundo as normas vigentes, no caso dos planos de contribuições definidas ou variáveis, apenas a parcela correspondente aos riscos de antecipação, que geram aportes extraordinários garantidores de benefícios, devem ser avaliados e demonstrados pelas empresas patrocinadoras.

18.1. Contribuições mensais a Faeces

A Companhia havia assinado contrato de confissão de dívida em janeiro de 2001, referente a composição do capital sobre o tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Posteriormente tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado Termo Aditivo nº01 com pacto adjeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$ 51.394.

Em 30 de dezembro de 2014, foi assinado o Termo Aditivo nº02 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 11.388.

Em 24 de novembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor novamente as reservas matemáticas surgidas a partir da execução do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) no valor de R\$ 7.063.

Durante o exercício a FAECES apresentou à CESAN o Relatório de Fiscalização da PREVIC nº 14/2020. Neste procedimento, o órgão regulador não reconheceu legalmente os Termos Aditivos nº 2 e 3 ao Contrato de Confissão de Dívida com Pacto Adjeto de Caução, de 28/01/2001.

Após cálculos realizados entre a partes foi apurado o valor de R\$ 13.707 a título de crédito (reembolso) para a Companhia, a ser recebido em 144 meses conforme cláusula segunda do Instrumento Particular de Confissão de Dívida. Os valores foram atualizados mensalmente a partir de janeiro de 2021 pela meta atuarial em vigor em cada exercício pelo Plano de Benefício Definido, com o recebimento a partir do mês de setembro/2021.

	Valores a receber de partes relacionadas	
Saldo Anterior.....	13.707	31.12.2020
Atualização do período	1.410	
Valores recebidos	(414)	
Saldo final	14.703	31.12.2021

18.2. Passivo atuarial CPC-33

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

Indicadores Econômicos

- Indexador Econômico: NTN-B;
- Inflação estimada para cálculo das perdas e ganhos: 5,03% a.a.;
- Taxa para desconto a valor presente: 5,197% a.a.;
- Crescimento real anual de salários: 1,5% para o Plano I e 2,5% para o Plano II;

Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- Mortalidade Geral: AT-2000 segregada por sexo;
- Entrada em Invalidez: Grupo Americana);
- Mortalidade de Inválidos: Tábua AT-Masculina.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Outras hipóteses**a) Entrada em Aposentadoria:**

Adotou-se que 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;

b) Composição familiar do participante:

Considera-se que 85% serão casados na aposentadoria, sendo a esposa é cinco anos mais jovem.

c) Composição familiar do inativo:

Adotado a composição familiar real.

Plano de Benefício Definido

Exercício fiscal findo em:

31.12.2021 **31.12.2020****A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais**

Valor das obrigações no início do ano	522.620	479.891
Custo do serviço corrente	3.908	2.851
Juros sobre a obrigação atuarial	32.790	32.130
Contribuições projetadas (-)	(2.513)	(4.703)
Contribuições efetivas participantes ativos	2.555	2.318
Benefícios pagos no ano	(28.552)	(26.914)
(Ganho)/perda atuarial.....	(83.204)	37.047
Valor das obrigações no final do ano	447.604	522.620

B. Reconciliação do valor justo dos ativos

Valor justo dos ativos no início do ano	404.665	400.279
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros.....	25.207	26.843
Contribuições normais patronais	1.967	775
Contribuições extraordinárias patronais.....	-	5.702
Contribuição de participantes vertidas ao plano	2.555	2.318
(-) Contribuições para custeio administrativo.....	(2.278)	(2.910)
(-) Benefícios pagos no ano	(28.552)	(26.914)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano.....	(43.595)	(1.428)
Ativos financeiros no final do exercício.....	359.969	404.665

C. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	447.604	522.620
Valor justo dos ativos do plano	(359.969)	(404.665)
Déficit/(superávit) para cobertura de planos.....	87.635	117.955
Total do passivo a ser reconhecido	87.635	117.955

Passivo/(Ativo) líquido**D. Componentes da despesa / (receita) do plano**

Custo do serviço corrente	3.908	2.851
Juros sobre as obrigações atuariais	32.790	32.130
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	25.207	26.843
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	61.905	61.824

E. Resumo dos dados cadastrais**Participantes ativos**

Quantitativo.....	340	352
Salário médio (R\$)	9.440	7.905
Idade média	59	59
Tempo médio para aposentadoria	2,23	2,25
Tempo médio de serviço	36,19	35

Aposentados

Quantitativo.....	702	717
Idade média	70,55	70
Valor médio das contribuições (R\$)	212,09	195,00
Benefício médio (R\$).....	2.814	2.605

Plano de benefício definido**Pensões**

Quantitativo.....	245	230
Idade média	66	67
Benefício médio.....	994	869

Rentabilidade esperada para o próximo exercício

Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros.....	37.757
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes	260
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(1.543)

Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros..... **36.474**

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Composição dos ativos financeiros marcados a mercado

Composição da carteira	R\$	%
Disponível	11	0%
Títulos públicos	206.464	58%
Fundo de investimento	147.102	41%
Investimentos imobiliários ...	748	0%
Empréstimos e financiamentos.....	2.941	1%
Outros ativos e passivos.....	(52)	0%
Ativo líquido	357.214	100%
Ajuste a mercado	2.755	
Ativo líquido total	359.969	

Sensibilidade da taxa de desconto sobre obrigação

Taxa	Total da obrigação	Variação %
Real.....	447.604	-
Aumento (1%).....	406.049	(9)
Redução (1%).....	447.888	11

Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações

Taxa	Total da obrigação	Variação %
Real.....	447.604	-
Aumento (1%).....	459.256	3
Redução (1%).....	435.951	(3)

Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício **31.12.2022**

Custo do serviço corrente	2.672
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	45.406
(-) Contribuições normais esperadas de participantes.....	(2.874)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros.....	(36.474)

Despesa/(receita) a ser reconhecida no próximo exercício **8.730****19. CRÉDITOS DE ACIONISTAS**

A Companhia recebeu créditos monetários do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador para execução de obras de esgotamento sanitário em diversos municípios. Esses recursos são oriundos do Programa Águas da Paisagem através de financiamento assumido pelo Governo do Estado junto ao Banco Mundial.

	31.12.2021	31.12.2020
Créditos monetários de acionistas	118.716	55.282
Total.....	118.716	55.282

Movimentação dos créditos de acionistas

	31.12.2020	Adições	Baixas	31.12.2020
Créditos para investimentos.....	55.282	63.434	-	118.716
	55.282	63.434	-	118.716

20. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

	31.12.2021	31.12.2020
Município de Cariacica.. (a)	273	282
Município de Viana..... (b)	178	183
Secret. Estado de Turismo..... (c)	71	286
Governo do Estado-Conv. ICMS..... (d)	461	1.845
Suppin - Serra	4.304	4.418
Pref. Vitória	39.750	41.940
Vila Valério	426	426
Venda Nova do Imigrante..... (h)	778	778
Total.....	46.241	50.158

(a) Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;

(b) Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação;

(c) Recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, a obra em operação;

(d) Recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

(e) Obras do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Cercado da Pedra localizado no município de Serra doadas a CESAN pela SUPPIN.

(f) Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do bairro Grande Vitória e adjacências localizado no município de Vitória repassado para operação da CESAN.

(g) Obras do Sistema de Abastecimento de Água de Sistema de Esgotamento Sanitário do Loteamento Morada do Sol, no município de Vila Valério.

(h) Obras do Sistema de Abastecimento de água do distrito de Caxixe, construído pelo município de Venda Nova do Imigrante e repassado para operação da CESAN.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Mensuração	31.12.2021		31.12.2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros					
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa.....	Custo Amortizado	234.049	234.049	268.188	268.188
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	168.193	168.193	168.447	168.447
Adiantamentos e convênios.....	Custo Amortizado	9.468	9.468	8.068	8.068
Contratos de concessão indenizáveis	Custo Amortizado	164.259	164.259	144.208	144.208
Total do ativo financeiro		<u>575.969</u>	<u>575.969</u>	<u>588.911</u>	<u>588.911</u>
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos, financiamentos e arrendamento.....	Custo Amortizado	218.297	218.297	216.556	216.556
Fornecedores	Custo Amortizado	69.683	69.683	46.923	46.923
Arredamento mercantil.....	Custo Amortizado	2.793	2.793	4.738	4.738
Créditos de acionistas	Custo Amortizado	118.716	118.716	55.282	55.282
Total passivo financeiro		<u>409.489</u>	<u>409.489</u>	<u>323.499</u>	<u>323.499</u>

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de cambio e risco de preços.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2021 de 31 de dezembro de 2020.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Risco de preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela ARSP-ES para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado a variação da TR.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descritas a seguir:

	Aumento / redução em pontos-base	Efeito no lucro antes da tributação
31.12.2021		
R\$ 218.297	+ 0,5%	1.091
	- 0,5%	(1.091)
31.12.2020		
R\$ 216.556	+ 0,5%	1.083
	- 0,5%	(1.083)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31.12.2021	31.12.2020
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	575.969	588.911
Passivos financeiros	(409.489)	(323.499)
	166.480	265.412

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente:

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2021					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	234.049	-	234.049
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	-	168.193	-	168.193
Adiantamentos e convênios.....	7	-	9.468	-	9.468
Contrato de concessão indenizáveis	11	-	164.259	-	164.259
			575.969	-	575.969
Empréstimo, financiamentos e arrendamento .	14	-	-	218.297	218.297
Fornecedores	13	-	-	69.683	69.683
Arrendamento mercantil.....	11	-	-	2.793	2.793
Crédito de acionistas.....	19	-	-	118.716	118.716
			-	409.489	409.489

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2020					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	268.188	-	268.188
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	-	168.447	-	168.447
Adiantamentos e convênios.....	7	-	8.068	-	8.068
Contrato de concessão indenizáveis	11	-	144.208	-	144.208
			588.911	-	588.911
Empréstimo bancário garantido	14	-	-	216.556	216.556
Fornecedores	13	-	-	46.923	46.923
Arrendamento mercantil.....	11	-	-	4.738	4.738
Crédito de acionistas.....	19	-	-	55.282	55.282
			-	323.499	323.499

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Empréstimos e financiamentos.....	6,26	6,92
	<u>6,26</u>	<u>6,92</u>

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

I. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes.

No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Compa-

nhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
AAA.....	709	704
AA+.....	44.358	91.549
AA-.....	343	222
A+.....	188.529	175.656
A.....	110	57
	<u>234.049</u>	<u>268.188</u>

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

II. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Faixas de vencimento (i)				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos.....	13.192	28.779	31.512	144.814	218.297
Arrendamento mercantil.....	1.741	1.052	-	-	2.793
Créditos de acionistas.....	118.716	-	-	-	118.716
Fornecedores e outras obrigações.....	69.683	-	-	-	69.683
	<u>203.576</u>	<u>29.831</u>	<u>31.512</u>	<u>144.571</u>	<u>409.490</u>
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos.....	13.888	26.698	28.759	147.211	216.556
Créditos de acionistas.....	55.282	-	-	-	55.282
Fornecedores e outras obrigações.....	46.923	-	-	-	46.923
	<u>116.093</u>	<u>26.698</u>	<u>28.759</u>	<u>147.211</u>	<u>318.761</u>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Total dos empréstimos e debêntures	218.297	222.788
Menos: caixa e equivalente de caixa	<u>234.049</u>	<u>268.188</u>
Dívida líquida	<u>(15.752)</u>	<u>(45.400)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>3.098.340</u>	<u>2.840.050</u>
Total do capital	<u>3.082.588</u>	<u>2.942.157</u>
Índice de alavancagem financeira %	(1)	(1)
Índice de capital de terceiros %	(1)	(1)

22. PARTES RELACIONADAS**22.1. Governo do Estado**

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 85,85% das ações e de forma indireta por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 13,95% de ações, totalizando 99,80% das suas ações. Os 0,20% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados nas Notas nºs 5.1 e 24.1, respectivamente.

A Companhia destinou ao Estado do Espírito Santo, Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 82.234 (R\$ 87.817

em 31/12/2020) que depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

22.2. Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES

Não existem operações comerciais entre as partes.

22.3. Remuneração aos administradores

A remuneração, encargos sociais e benefícios pagos aos Administradores até 31 de dezembro de 2021 estão detalhados abaixo:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Remuneração	2.243	2.336
Encargos sociais	598	760
Benefícios	<u>138</u>	<u>152</u>
	<u>2.979</u>	<u>3.248</u>

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**23.1. Capital social**

O capital social é composto exclusivamente em ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Em 31 de dezembro de 2021 estavam distribuídos da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Governo do Estado do Espírito Santo	2.477.098.526	85,85%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo ..	402.568.141	13,95%
Minoritários	<u>5.728.273</u>	<u>0,20%</u>
	<u>2.885.394.940</u>	<u>100%</u>

23.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia, a base de 5% do lucro líquido, não excedendo a 20% do do capital social integralizado. O valor reconhecido neste exercício foi de R\$ 8.858 (R\$ 9.395 em 31/12/2020). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

23.3. Dividendos

Conforme estabelecido na alínea "a" do §1º art. 33 do Estatuto Social aquota destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, a razão mínima de 25% (vinte e cinco por cento).

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprios propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício....	177.153	187.898
Reserva legal (5%)	(8.858)	(9.395)
Realização da reserva de reavaliação	6.358	6.894
Base de cálculo dos dividendos.....	174.653	185.397
Dividendos (25%)	43.663	47.213
Juros sobre capital próprio..	82.400	88.000
Imposto de renda retido na fonte	(25)	(27)
Valor líquido para distribuição	82.375	87.973

23.4. Reserva de Reavaliação

A Companhia realizou no exercício a título de reserva de reavaliação o montante de R\$ 5.786 (R\$ 4.826 em 31/12/2020), líquido da Contribuição Social sobre o Lucro. A realização da reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens patrimoniais registrados no ativo imobilizado e intangível, objeto das reavaliações.

23.5. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, em seu artigo 33, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A Companhia apurou no exercício de 2021 o valor de R\$ 87.764 (R\$ 92.893 em 31/12/2020) o qual propõe a retenção dos lucros para aplicação em novas obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o exercício de 2021, conforme detalhado abaixo e aprovado no Plano de Negócios da CESAN.

Programas	Previstos 2022		
	Recursos próprios	Outras fontes	Total previsto
Implant. e ampl. sist. abast. água	91.024	58.759	149.783
Implant. e ampl. sist. esgot. sanitário	172.847	201.196	374.043
Desenv. operacional / institucional	68.548	11.079	79.627
	332.419	271.034	603.453

23.6. Reserva de Incentivos Fiscais

A Companhia mantém todos os valores recebidos de órgãos governamentais registrado em movimentos de Subvenções para investimentos na conta de Em ge-

ral são contrapartida a empreendimentos de água e esgoto realizados no exercício. Esse valores não são distribuídos ou utilizados antes do prazo legal permitido em legislação tributária vigente. Em 31/12/2021 foi apurado o valor de R\$ 3.917, totalizando R\$20.910 no acumulado geral.

23.7. Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER – Gestão Empresarial por Resultados.

A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação nº 4.745/2020 de 23/12/2020.

A cláusula sétima do "Acordo para Participação dos Resultados" firmado entre a CESAN e o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente do Espírito Santo – SINDAEMA define que: (i) A parcela a ser distribuída a título de participação será definida pelo alcance das metas de desempenho estabelecidas para o período, proporcional ao salário base do empregado, limitado ao montante equivalente ao valor de 11% do lucro líquido da empresa, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190, e demais regras contábeis aplicáveis. (ii) A CESAN se compromete a partilhar até 8% do lucro líquido da empresa, conforme tabela VIII, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190, e demais regras contábeis aplicáveis, de forma linear, como parcela excedente, considerando-se as demais regras de apuração proporcional estabelecidas no presente regulamento e os descontos individuais.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 12.708 (R\$ 7.913 em 31 de dezembro de 2020) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos empregados	31.12.2021	31.12.2020
Início do exercício.....	7.913	13.332
Pago no exercício	(7.462)	(12.963)
Constituído no exercício.....	12.257	7.544
Final do exercício.....	12.708	7.913
Lucro de exercício	186.220	197.527
Reversão da GER.....	12.257	7.544
Lucro após reversão da GER	198.477	205.071
Reversão da CSLL sobre a GER.....	(10.170)	(10.308)
Lucro do exercício para GER .	188.307	194.763
Recálculo benefício fiscal (JSCP)	5.536	3.407
Lucro para distribuição	193.843	198.170
Valor máximo a distribuir - 8%	15.507	15.854

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de economias		Valores em R\$ mil	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecimento de água				
Residencial	868.079	847.938	497.467	480.894
Comercial	74.515	70.599	88.364	81.082
Industrial	970	965	94.038	77.565
Órgãos públicos.....	4.973	4.921	40.624	38.247
Outras receitas do fornecimento de água	-	-	2.091	1.307
	948.537	924.423	722.584	679.095
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	520.538	503.929	235.708	223.528
Comercial	48.911	45.307	55.873	49.722
Industrial	541	537	6.138	5.618
Órgãos públicos.....	2.503	2.263	17.116	14.838
Outras receitas dos serviços de esgoto	-	-	-	-
	572.493	552.036	314.835	293.706
			1.037.419	972.801
(-) Deduções da receita				
Pasep.....			(17.458)	(16.223)
Cofins			(80.891)	(74.952)
			(98.349)	(91.174)
Total			939.070	881.626

24.1. Faturamento com partes relacionadas

As receitas por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para órgãos vinculados ao Estado do Espírito Santo e aos municípios são abaixo demonstradas.

Nome	31.12.2021	31.12.2020
Órgãos públicos estaduais ...	28.976	25.124
Prefeitura Municipal da Serra	3.292	2.501
Total geral	32.268	27.625

25. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com pessoal	(131.018)	(122.677)
Despesas com materiais	(23.519)	(23.342)
Despesas com serv. terceiros	(153.392)	(133.662)
Depreciação/amortização.....	(101.065)	(95.449)
Energia elétrica	(124.456)	(94.115)
	(533.450)	(469.245)

26. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas de juros e acréscimos (1).....	36.421	15.090
Receitas fin. de ganho com aplicações (2)	10.278	7.603
Outras receitas financeiras...	409	108
	47.108	22.801
Despesas com juros e demais encargos de financiamentos.....	(18.889)	(14.061)
	(18.889)	(14.061)
	28.219	8.740

(1) Aumento gerado pelo reconhecimento de juros sobre crédito junto a FAECES pela Contrato de Confissão de Dívida.

(2) Aumento proveniente do crescimento da taxa SELIC entre 2020 e 2021.

27. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com pessoal	(20.909)	(21.892)
Despesas com materiais	(82)	(78)
Despesas com serv. de terceiros.....	(38.835)	(40.266)
Perdas no recebimento de tarifas.....	(44.370)	(44.372)
Outras despesas.....	(218)	(209)
	(104.414)	(106.817)

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com pessoal	(65.934)	(64.959)
Despesas com materiais	(4.363)	(2.456)
Despesas com serv. de terceiros.....	(29.442)	(24.144)
Outras despesas.....	(7.008)	(4.311)
Despesas tributárias	(5.942)	(10.277)
	(112.689)	(106.147)

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

29. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Subvenções para investimentos	3.917	3.883
Venda de bens do imobilizado	2.702	1.519
Vistorias e obras encomendadas.....	167	293
Pequenas receitas eventuais	1.968	1.133
Constituição de provisões ...	(30.261)	(21.122)
Reversão de provisões.....	3.877	9.484
Custo de bens baixados.....	(5.014)	(1.193)
	<u>(22.644)</u>	<u>(6.003)</u>

30. CONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>		
Resultado antes dos impostos	186.220	197.527		
Juros sobre capital próprio..	(82.400)	(88.000)		
Base de cálculo	103.820	109.527		
Adições	836	1.348		
Exclusões	(3.917)	(3.883)		
Lucro real.....	100.739	106.992		
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	9.067	-	9.629
Incentivos fiscais.....	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	-	9.067	-	9.629
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
- Prejuízos fiscais		-		
- Expurgos de princípios contábeis - RTD	-	942	-	(1.677)
- IRRF / CSRF.....	-	(57)	-	(42)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	<u>-</u>	<u>9.952</u>	<u>-</u>	<u>7.910</u>
Alíquota efetiva	<u>9,59%</u>		<u>7,22%</u>	

31. SEGUROS

A Companhia celebrou contrato de Seguro de Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais nas esferas cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. Em 31/12/2021 existem 12 apólices representando 12 processos judiciais no montante de R\$ 3.709 com a seguradora Junto Seguros S/A.

A Companhia celebrou contrato com a empresa SEGUROS SURA S.A cujo objeto é a prestação de serviços de

seguro de vida em grupo, contemplando cobertura de indenizações referentes à morte natural ou acidental, invalidez permanente por acidentes ou doença funcional, destinado aos empregados ativos da CESAN, conforme estabelecido na Cláusula Décima Nona do Acordo Coletivo 2021/2022 (ACT).

Em 31/12/2021 existem 1.290 empregados cobertos pelo seguro, o valor do prêmio são R\$ 45 para Indenização por Morte Natural - IMN, R\$ 90 para Indenização especial por morte acidental (IEA), R\$ 45 para Invalidez Permanente, total ou parcial por acidente - IPA, R\$ 45 para Invalidez Funcional Permanente, Total por Doença - IFPD e no caso de doença ou acidente em que o empregado tiver sequela permanente de alguns dos membros do corpo o valor é calculado de acordo com a tabela da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

32. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2020:

Saldo em <u>30/12/2021</u>	<u>Faixas de vencimento (i)</u>			
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>
Comprometimento de capital	843.792	667.998	542.929	2.331.085

33. COVID-19

As condições de prevenção da pandemia são realizadas e orientadas pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da empresa, tendo como principais apoios regulamentos e procedimentos internos instituídos com o objetivo de se garantir condições apropriadas de enfretamento a proliferação da doença na Cia.

Com o avanço dos índices de vacinação de seus empregados (condição obrigatória) a companhia retornou com o trabalho presencial a partir do mês de setembro de 2021, reforçando as medidas para prevenção e controle da COVID-19, tais como: entrega de mascaras descartáveis, ampliação das sinalizações e adequações nos layouts de refeitórios, cantinas e salas de reunião, visando o distanciamento seguro, instalação de totens de álcool em gel nos locais com maior fluxo de pessoas e entrega de kits para todos os empregados contendo necessário para guardar máscaras descartáveis e frasco de álcool em gel para uso individual.

Destaca-se que a empresa mantém constante acompanhamento do Mapa de Risco divulgado pelo Governo do Estado de modo a adotar medidas administrativas previstas em seus procedimentos, conforme a situação dos Municípios, buscando principalmente a redução de circulação de pessoas nos estabelecimentos da empresa. E ainda, seguindo as orientações dos órgãos competentes incluindo o Ministério Público do Trabalho, foi incluso no Programa de Controle de Saúde Ocupacional (PCMSO) da

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

empresa requisito quanto a Vacinação contra COVID19 conforme Plano Nacional de Vacinação do Ministério da Saúde.”

As agências físicas de atendimento ao Cliente possuem atendimento terceirizado, com atendente próprio circulante em cada regional (são 5 regionais) para cobrir os atendentes terceirizados adoecidos.

A abertura de cada agência é condicionada ao mapa de risco estadual divulgado toda sexta feira de cada semana e os atendimentos obedecem procedimentos de agendamentos (pelo site ou telefone 115). Em casos de risco alto, o fechamento ocorre após decreto municipal proibindo a circulação de pessoas e a abertura das agências das concessionárias de serviços públicos, não ocorrido em 2021 nos municípios em que atua.

34. REAJUSTE TARIFÁRIO

Em fevereiro e maio de 2021, a Agência Reguladora comunicou aos usuários, agentes e demais interessados nos serviços prestados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento – Cesan, as aberturas das Consultas Públicas ARSP nº 002/2021 e nº 004/2021, respectivamente, tendo a primeira consulta por objetivo recolher contribuições sobre a proposta de Resolução que aprova a metodologia e os procedimentos aplicáveis à realização da 1ª Revisão Tarifária Ordinária e Reajustes Anuais das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento regulados, com recebimento de contribuições no período de 22/02/2021 a 23/03/2021.

Quanto a segunda tendo por objetivo recolher contribuições e informações que subsidiarão a proposta de resolução que estabelece nova estrutura tarifária e aprovar os resultados da 1ª Revisão Tarifária Ordinária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento – Cesan, com período para envio de contribuições de 27/05/2021 a 16/06/2021, que foi prorrogada para 01/07/2021.

Em agosto de 2021 foi aprovada e publicada a Resolução ARSP nº 051/2021, que estabelece nova estrutura tarifária e aprova os resultados da 1ª Revisão Tarifária Ordinária dos serviços de abastecimento de água e es-

gotamento sanitário prestados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento – Cesan, com entrada em vigor em 1º de outubro de 2021.

Ainda no exercício de 2021 a Agência Reguladora publicou diversas normas para regulação do setor de saneamento no Espírito Santo, dentre elas a Resolução ARSP 050/2021 que aprova o Manual de Contabilidade Regulatória aplicável aos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário regulados, estabelecendo prazo para a sua adoção pela Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA**Carlos Aurélio Linhalis***Diretor Presidente***Weydson Nascimento Ferreira***Diretor Administrativo e Comercial***Thiago José Furtado***Diretor Operacional***Pablo Ferraço Andreão***Diretor de Engenharia e Meio Ambiente***CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Carlos Aurélio Linhalis

Jose Marcos Travaglia

Fabiano Venturim Canal

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico

Fabiano Venturim Canal

José Alves Paiva

Pedro Meneguetti

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza

Davi Diniz de Carvalho

Manoel Virgílio Araújo

CONTADOR

Reginaldo José de Castro | CRC/ES 11475-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**Aos****Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN****CNPJ Nº 28.151.363/0001-47**Av. Governador Bley, 186, Edifício BEMGE, 3º Andar, Centro - CEP: 29.010-150
Vitória/ES - site: www.cesan.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem

como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN** em 31 de dezembro de 2021, o desempe-

nho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CESAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

3.1) Reconhecimento de Valores a Faturar

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 05, a **CESAN** reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos usuários finais ("Valores a Faturar").

Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a **CESAN** adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada usuário para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela **CESAN** sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de valores a faturar. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento dos valores a faturar

da **CESAN** são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

3.2) Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a CESAN é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2021, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos da CESAN, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas.

Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas

judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.3) Planos de benefícios pós-emprego

Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, que inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar, concedidos a colaboradores e ex-colaboradores, que envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, crescimento dos custos médicos, taxa de permanência e de mortalidade. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de mercado.

Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

4) Outros Assuntos

4.1) Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas

sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

4.2) Relatório da Administração

A administração da **CESAN** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.3) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 13 de abril de 2021, sem modificações de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **CESAN** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CESAN** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CESAN são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CESAN**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CESAN** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória/ES, 14 de março de 2022.

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029– CVM nº
12327**

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES

Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES

CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES

CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para destinação dos Lucros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, e baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Administração e no

Relatório dos Auditores Independentes Audimec Auditores Independentes, datado de 14 de Março de 2022, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN manifestando-se favoráveis e recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, ES, 8 de abril de 2022.

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Davi Diniz de Carvalho
Conselheiro

Manoel Virgílio Araújo
Conselheiro

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2021

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativa, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, e baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Adminis-

tração, no Relatório dos Auditores Independentes emitidos pela Audimec Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, datado de 14 de Março de 2022 e no Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da CESAN, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN.

Vitória, 5 de abril de 2022.

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico
Presidente do C.A.

José Alves Paiva
Conselheiro

José Marcos Travaglia
Conselheiro

Carlos Aurélio Linhalis
Conselheiro

Pedro Meneguetti
Conselheiro

Fabiano Venturim Canal
Conselheiro

Marcelo Campos Antunes
Conselheiro

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Espírito Santense de Saneamento (CESAN).

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAU) da Companhia de Espírito Santense de Saneamento – CESAN é um órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento do Conselho de Administração, com atribuições descritas também no Estatuto Social, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 31/07/2017, instalado por decisão tomada na 884ª Reunião do Conselho de Administração (Conselho), de 26 de abril de 2018 (Deliberação 4426/2018), sendo composto por 03 (três) membros externos, independentes e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pela citada Lei 13.303/2016 e alterações regimentais e estatutárias

O CAU, como órgão colegiado, permanente, consultivo, com autonomia operacional e auxiliar do Conselho de Administração, está vinculado, na linha das políticas de governança corporativa, adotadas pela CESAN, em obediência e estrita consonância com os preceitos normativos da Lei 13.303/2016. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às previsões legais aplicáveis, disposições estatutárias e as definições de seu Regimento Interno, revisto pelo processo interno 2020.011623 aprovado pelo Conselho de Administração na 924ª reunião de 28/07/2020.

Compete ao CAU, em síntese, supervisionar a execução de atividades nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como dos Auditores Independentes, opinando sobre sua contratação, além de avaliar e monitorar exposições de risco e a adequação das transações da CESAN com partes relacionadas, conforme expressa previsão legal constante do art. 24 da Lei 13.303/2016:

Ademais disso, o CAU – CESAN, em atenção às atribuições legais, e em apoio ao Conselho de Administração avalia, ainda, a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES, incluído o Plano Assistencial.

Ainda em informes preliminares, registra-se que no exercício aqui relatado (2021) a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras foi a AUDIMEC Auditores Independentes SS – EPP, contratada conforme normas licitatórias próprias, para os exercícios 2021 e 2022.

As áreas de Controles Internos (Coordenadoria de Riscos e Conformidade – P-CRC) e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia (Gerência Financeira e Contábil – A-GFC) são subordinadas à diretoria da Companhia, e, a área de Auditoria Interna (Auditoria – C-AUD) é subordinada ao Conselho de Administração, supervisionada pelo CAU, conforme Manual Organizacional e demais normativos da CESAN.

As avaliações do Comitê se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

**1) ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA
ESTATUTÁRIO EM 2021**

O CAU, em sua composição original conforme eleição em 28 de abril de 2020 e Termo de Posse de 07 de maio de 2020, reuniu-se em diversas reuniões próprias no exercício social de 2021, tendo havido, conforme registros internos, participação de membros diversos da administração da Companhia (Diretores, Gerentes, Coordenadores, dentre outros), além de auditores internos e independentes, conforme convites realizados pelo CAU.

Dado o amadurecimento do Comitê de Auditoria, em seu quinto ano de atuação na Companhia, bem como o aprofundamento nos temas ligados à atuação da CESAN, o CAU desenvolveu um intenso processo de discussão dos negócios da empresa, inclusive com participação em reuniões de trabalho com unidades internas e partes in-

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

interessadas, como Auditoria Interna e Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo – ARSP.

Nesse sentido, ao longo de 2021 o CAU realizou 22 (vinte e duas) reuniões próprias (foram 12 em 2018; 20 em 2019; 17 reuniões em 2020), contando, de acordo com os assuntos tratados, com participação de membros diversos da administração da Companhia, o qual é possível citar C-AUD, A-GFC, P-CRC, A-GTI, A-DFI, A-DCC, com contratadas e com a auditoria independente AUDIMEC.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis, supervisão das atividades dos auditores independentes e avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia; supervisão das atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras; monitorando a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia; avaliando e monitorando as exposições de risco da Companhia, com análise/utilização de dados sobre remuneração da administração, utilização de ativos da Companhia ou gastos incorridos em nome da Companhia; avaliando e monitorando, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela FAECES e da gestão de riscos e de controles internos.

Os membros do CAU também compareceram a 12 (doze) reuniões ordinárias do Conselho de Administração da Companhia (seja de forma presencial ou virtual), a fim de atender possíveis demandas dos conselheiros em relação aos processos analisados pelo CAU e tratamento dos itens componentes de suas atividades, com discussão de relatórios e comentários a respeito das demonstrações financeiras e controles internos.

As atas das reuniões do CAU são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que, de acordo com sugestões e demandas do Conselho, os Membros do CAU relatam e enfatizam aos Conselheiros os assuntos mais relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do CAU. Os extratos das atas, após avaliação do Conselho, são disponibilizados no site da CESAN.

As principais atividades realizadas, no ano de 2021, foram:

- a) Acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia, bem como do Plano de Ação para melhoria das atividades da Auditoria Interna;
- b) Discussão sobre pedido de reequilíbrio do consórcio ECS Cariacica;
- c) Discussão sobre o pedido de reequilíbrio da PPP do município da Serra; do processo de Arbitragem e sobre a responsabilização das multas ambientais aplicadas pela Prefeitura Municipal da Serra; reunião (15/04/2021) com a O-UGP, Diretoria Operacional, Coordenadoria Jurídica e Auditoria para detalhamento da situação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado pela concessionária
- d) Discussão sobre os constantes problemas apresentados nos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES de Meaípe, Guarapari, Vitória, Viana, Barra de São Fran-

cisco, Conceição da Barra, São Gabriel da Palha, entre outros, como Santa Teresa.

- e) Discussões sobre problemas apresentados pela empresa TUBONEWS (CT's 102/2016, 103/2016, 026/2020 e 027/2020) e empresa TRIX Engenharia, que versavam sobre falta de fiscalização e controle;
- f) Discussão com a A-GRH, E-GOB e O-GMN do Relatório de Auditoria Interna referente à Análise de controles internos inerentes a conformidade das práticas estabelecidas pela Política de Segurança e Saúde do Trabalho (processo 2021.005538);
- g) Na 57ª reunião, em 19/04/2021, conhecimento e avaliação do contrato de sistema informatizado da C-AUD (CT 284/2020 firmado com a empresa TECH Solutions) e na 65ª reunião extraordinária, em 23/08/2021, para apresentação do Sistema It-Auditor já implantando
- h) Discussão e avaliação dos trabalhos da auditoria independente para o exercício social de 2021, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- i) Monitoramento das recomendações expedidas pelo CAU, bem como do tratamento das demandas levantadas pelos trabalhos de Auditoria Independente;
- j) Conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna para o exercício social de 2022;
- k) Acompanhamento do sistema de controles internos e das medidas aplicadas para gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores independentes e membros da administração da CESAN, vide 67ª reunião, em 07/10/2021, em especial o RAI Análise de procedimento de manuseio e armazenamento de Produtos Químicos ETS da Região Metropolitana da Grande Vitória (2021.012761);
- l) Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores da Companhia (C-AUD, A-DCC, A-GFC) e auditores independentes, sendo as demonstrações financeiras intermediárias relativas ao primeiro e segundo trimestre avaliadas na 63ª reunião extraordinária de 18/08/2021 e as demonstrações relativas ao terceiro trimestre de 2021 na 69ª reunião extraordinária, em 16/11/2021
- m) Discussão sobre os aspectos qualitativos / quantitativos das Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 e análise dos comentários dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
- n) Avaliação de proposta para desenvolvimento de diagnóstico de controles internos, a fim de desenvolver eventual escopo para contratação de consultoria para implementação de sistema de gerenciamento de riscos e melhoria dos procedimentos de auditoria interna;
- o) Reuniões com a C-AUD, A-GFC e P-CRC a fim de análise das recomendações, bem como dos relatórios e trabalhos de auditoria e controles internos, além de participação em reuniões do Conselho de Administração, promovendo orientações e sugestões diversas conforme registros nas atas do CAU;
- p) Apresentação do Relatório de Gestão de Riscos pela Coordenadoria de Riscos e Conformidade de forma trimestral;
- q) Apresentação da Política de Transações entre Partes Relacionadas na 56ª reunião de 15/04/2021;

- r) Discussão do processo 2021.004218 referente a fiscalização nº 14/2020 da PREVIC na 57ª reunião extraordinária em 19/04/2021;
- s) Em relação a adequação das transações com partes relacionadas, a avaliação realizada com base nas informações constantes do Balanço 2021, nos moldes da Política de transações com partes relacionadas, estão de acordo com as regulamentações da empresa, devidamente pautadas na Política de Transações com Partes Relacionadas e outras situações de conflito de interesse (INS. 009.00.2018).
- t) Aprovação de propostas do Plano Anual de Trabalho do CAU para 2022.

Recomendações para melhorias nos processos de negócios

Nas discussões do Comitê de Auditoria com o Conselho de Administração, bem como com as unidades internas de auditoria e contabilidade, foi ressaltada a necessidade de elaboração e/ou monitoramento de Planos de Ação para tratamento de itens recomendados pela Auditoria Independente ou mesmo pelo próprio comitê, conforme registros em atas das reuniões e encaminhamentos específicos.

A unidade de Auditoria Interna manteve intensa interação com o CAU, reportando periodicamente o andamento das atividades e o monitoramento dos assuntos afetos aos controles internos. A Auditoria Interna contratou software de gestão, IT-Auditor, controle de sistema informatizado de auditoria interna para auxílio.

O Comitê de Auditoria sugere:

- Reavaliação do Mapa Estratégico da empresa;
- Reavaliação da Matriz de Riscos para adequação da nova realidade;
- Reavaliação da fiscalização preventiva das empresas terceirizadas, com destaque as Participações Público Privadas - PPP's;
- Aprimoramento e divulgação das ações de preservação ao meio ambiente, de programas de incentivo ao reflorestamento, de proteção a nascentes ou qualquer atividade ligada ao meio ambiente e a criação de água via preservação;
- Estudo de viabilidade econômica da matriz energética utilizada pela empresa;

2) AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

Os Membros do Comitê de Auditoria mantiveram contato periódico com a Coordenadoria de Riscos e Conformidade acompanhando o processo desenvolvimento dos procedimentos para controles internos, tendo avaliado escopo de serviços de diagnóstico de controles internos, a fim de avaliação de estágio da CESAN com relação a ferramentas de auditoria interna, gerenciamento de riscos e conformidade para permitir melhor definição de requisitos para constar em eventual contratação de consultoria para a implementação de processo de gerenciamento de riscos.

Observou-se melhoria nos controles sobre aplicação do Código de Conduta e Integridade e monitoramento do canal de denúncias. Destaca-se a apresentação do Relatório de Riscos de forma trimestral com apresentação da gestora da área em reuniões do CAU.

3) AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITÓRIAS INDEPENDENTES E INTERNA

Nos diálogos dos Membros do Comitê de Auditoria com as auditorias interna e independente foram apreciados

seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações, tendo sido acompanhados pelo CAU, conforme registros em Atas e encaminhamentos específicos, as providências para melhorias ou correções necessárias, inclusive com monitoramento de Planos de Ação específicos e tratamento de recomendações expedidas pelo Comitê.

4) AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As revisões das demonstrações contábeis dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes, tendo havido discussões sobre as recomendações em cada período e definição de plano de ação para consolidação de entendimento ou tratamento de eventuais itens passíveis de melhoria.

As demonstrações financeiras intermediárias relativas ao primeiro e segundo trimestre foram tratadas na 63ª reunião extraordinária de 18/08 e as demonstrações relativas ao terceiro trimestre na 69ª reunião extraordinária, em 16/11/2021.

As demonstrações relativas ao 4º trimestre foram aprovadas na reunião extraordinária de 01/04/2021.

5) CONCLUSÕES

As opiniões e julgamentos do CAU repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial as áreas Financeira e Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna) e da Auditoria Independente.

Com relação ao Relatório Produzido pela Auditoria Independente, o CAU não identificou fatos relatados que merecessem atenção deste comitê.

O CAU manifesta que não tem conhecimento, até o momento, de quaisquer vínculos que possam comprometer a independência dos Auditores Independentes.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAU considera que houve melhoria na implementação dos mecanismos de gerenciamento de riscos, considerado o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2021, vinculados a Plano de Auditoria e Plano de Ação de Melhorias, aprovados pelo CAU e pelo Conselho de Administração, não revelaram desvios ou falhas insanáveis nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, havendo aderência das medidas adotadas e registradas pelas unidades da companhia às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Após o processo de apreciação da efetividade dos processos de controles internos, da política de risco e o seu monitoramento, do conhecimento dos cálculos atuariais da FAECES, das demonstrações do exercício findo em 31 e dezembro de 2021, bem como o parecer emitido pela Audimec auditores independentes, data de 14/03/2022, sem ressalvas, o CAU recomenda a aprovação das referidas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da companhia, com vistas a Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, 01/04/2022.

Leonardo de Resende Dutra

Pedro Ivo da Silva

Wilma Chequer Bou-Habib